



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LEONARDO MOREIRA VALADARES**

**AUDITORIA EXTERNA DA PETROBRAS: uma análise dos relatórios de  
auditoria referentes aos anos 2014-2021**

**RECIFE**  
**2022**

LEONARDO MOREIRA VALADARES

**AUDITORIA EXTERNA DA PETROBRAS: uma análise dos relatórios de auditoria referentes aos anos 2014-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientadora:** Márcia Ferreira Neves Tavares

**RECIFE  
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Valadares, Leonardo Moreira.

Auditoria Externa da Petrobras: uma análise dos relatórios de auditoria referentes aos anos 2014-2021 / Leonardo Moreira Valadares. - Recife, 2022. 117, tab.

Orientador(a): Márcia Ferreira Neves Tavares

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2022.

Inclui referências, anexos.

1. Auditoria externa. 2. Petrobras. 3. Lava Jato. I. Tavares, Márcia Ferreira Neves. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

LEONARDO MOREIRA VALADARES

**AUDITORIA EXTERNA DA PETROBRAS: uma análise dos relatórios de auditoria referentes aos anos 2014-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 27 de Outubro de 2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Márcia Ferreira Neves Tavares  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Luiz dos Anjos  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Gutemberg Legal  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Antônio Guedes Alcoforado  
Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha Mãe, Avó e meu Irmão, que sempre me incentivaram e me apoiaram na minha caminhada acadêmica e jamais deixaram de ter fé em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu fiel amigo Paulo Falcão, que desde muito cedo começou despertar em mim o interesse pelo conhecimento, a valorizar o saber e o compartilhamento de ideias. Por trilhar esta batalha do Trabalho de Conclusão de Curso comigo, me orientando nos momentos de dúvidas, apoiando nas diversas situações de receio e dando-me forças para ser perseverante e prosseguir na missão, de forma que jamais duvidou da minha capacidade e competência. Valeu Brodagem!

À minha amiga Isabella Barbosa, por todo o apoio e incentivo durante esse trabalho. Por ter feito parte dele, estando sempre disponível para me ajudar com ótimas ideias. Obrigado Bellinha!

Aos meus amigos e colegas de aula em geral, pelas companhias em sala de aula, nos estudos e nos momentos de dificuldades acadêmicas. Sem vocês eu não teria chegado onde estou. Vocês me ensinaram muito!

À toda minha família Moreira, que sempre me incentivou a valorizar o estudo e a dedicar-me. Meu muito obrigado.

À minha Mãe, que desde quando me entendo por gente me fez ver no estudo uma forma de crescer pessoal e profissionalmente. Pelas ajudas nos diversos deveres de casa ao longo da vida, por jamais me deixar desistir, por ter sido minha base desde sempre e, por isso, ser até hoje o motivo de todo meu esforço. Foi pela Senhora!

## RESUMO

Neste trabalho vamos analisar os relatórios de auditoria externa da Petrobras, entre os anos de 2014 e 2021, de modo que buscaremos identificar se houve alguma irregularidade nas demonstrações financeiras da companhia encontrada pelos auditores, a partir de seus relatórios de auditoria. Para atingir esse objetivo, será revisada a literatura, abordando a teoria da agência para entender o nascer da auditoria e o porquê da existência de diversos casos de desvios de dinheiro público, a função da auditoria externa e os tipos de opiniões que podem constar em seus relatórios, as mudanças na confecção destes relatórios de auditoria ocasionadas pela atualização da norma em 2016, a empresa Petrobras e a Operação Lava Jato. Em seguida, serão expostos os relatórios de auditoria externa, retirados através do site da Comissão de Valores Mobiliários, para uma análise dos tópicos dos relatórios que se referem às consequências que a Operação Lava Jato trouxe às demonstrações contábeis da companhia, abordando o tipo de opinião que a auditoria publicou sobre a companhia, somada a uma análise crítica.

**Palavras-chave:** Auditoria externa; Petrobras; Lava Jato.

## **ABSTRACT**

In this work, we will analyze Petrobras' external audit reports, between the years 2014 and 2021, so that we will seek to identify if there was any irregularity in the company's financial statements found by the auditors, based on their audit reports. To achieve this objective, the literature will be reviewed, approaching the agency theory to understand the birth of the audit and the reason for the existence of several cases of embezzlement of public money, the role of the external audit and the types of opinions that may appear in its reports, changes in the preparation of these audit reports caused by the update of the standard in 2016, the company Petrobras and Operação Lava Jato. Then, the external audit reports will be exposed, taken from the website of the Comissão de Valores Mobiliários (Brazilian Securities and Exchange Commission), for an analysis of the topics of the reports that refer to the consequences that the Lava Jato Operation brought to the company's financial statements, addressing the type of opinion that the audit published about the company, added to a critical analysis.

**Keywords:** External audit; Petrobras, Lava Jato.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2014	29
Tabela 2 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2015	30
Tabela 3 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2016	32
Tabela 4 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2017	37
Tabela 5 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2018	40
Tabela 6 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2019	41
Tabela 7 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2020	43
Tabela 8 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2021	44

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	12
1.2. OBJETIVOS	14
1.2.1. Objetivo geral	14
1.2.2. Objetivo Específicos	14
1.3. JUSTIFICATIVA	15
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>16</b>
2.1. TEORIA DA AGÊNCIA	16
2.2. A AUDITORIA INDEPENDENTE	19
2.2.1. Função social da auditoria independente	19
2.2.2. Relatórios de auditoria	21
2.3. PETROBRAS	24
2.4. ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS ANTERIORES	25
<b>4. METODOLOGIA</b>	<b>26</b>
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>28</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2014</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO B - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2015</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO C - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2016</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO D - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2017</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO E - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2018</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO F - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2019</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO G - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2020</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO H - Relatório de auditoria externa - Petrobras 2021</b>	<b>110</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Petrobras foi criada em 1953 como uma empresa estatal com o objetivo de explorar os recursos minerais energéticos do Brasil. Após mais de cinquenta anos de sua criação, ela é a maior empresa brasileira de capital aberto, sendo o estado brasileiro o acionista majoritário. Por estar listada na Bolsa de Valores brasileira, a B3, a Petrobras cumpre as normas técnicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia brasileira vinculada ao Ministério da Economia que é responsável pela fiscalização e normatização do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Como método de garantir a segurança das informações divulgadas, a lei 6.404/76 define:

As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados (Art. 177, § 3<sup>a</sup>, Lei 6.404/1976).

Na sua instrução de nº 509, de 16 de novembro de 2011, a CVM define que as empresas de sociedade anônimas de capital aberto sejam auditadas por empresas de auditoria externa e, que haja um rodízio periódico de empresas com no máximo dez anos, contanto que a empresa possua um Comitê de Auditoria Estatutária, caso não haja, o limite é de cinco anos.

A partir deste fato, com a finalidade de responder se houve identificação de irregularidade por parte da auditoria independente da Petrobras entre os anos de 2014 a 2021, o presente trabalho analisará os relatórios de auditoria externa da Petrobras feitos pelas empresas PricewaterhouseCoopers e KPMG, ambas integrantes do renomado grupo das quatro maiores empresas de auditoria independentes do mundo, as “Big Four”, as quais foram responsáveis pela auditoria externa realizada na empresa no período de tempo de 2014 a 2021.

Para chegar a esse fim, o presente estudo investigará os relatórios de auditoria independentes divulgados pela Petrobras através do envio das suas Demonstrações Financeiras Padronizadas à CVM.

## 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Em 2011, o Brasil ultrapassou a Grã-Bretanha e se tornou a 6ª maior economia do mundo no ranking mundial. Essa classificação leva em consideração o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços que uma nação produz num intervalo de tempo determinado, sendo comumente estabelecido esse período como trimestral ou anual. Essa colocação foi a melhor posição alcançada pelo Brasil, que não conseguiu permanecer muito tempo entre as seis maiores economias mundiais e logo caiu de posição, se encontrando hoje em 10º colocado, segundo ranking da Austin Rating. A maioria dos outros 9 colocados dentre os 10 desse ranking são países com altos índices de desenvolvimento humano, boa distribuição de renda e alto grau de industrialização, o que os enquadram como países “desenvolvidos”.

Diferentemente do que se vê nesses países, apesar de o Brasil ainda estar classificado como uma das maiores economias mundiais, sua riqueza não é refletida na qualidade de vida de sua grande população. Um dos grandes fatores que contribuem para essa questão é a corrupção.

A corrupção diminui a capacidade para investimento estatal, de forma que não há verba suficiente para implementar a maioria dos projetos planejados e os recursos públicos acabam direcionados para uma pequena parcela da população, e pouco sobra para investimentos voltados às necessidades da maioria e de forma homogênea pelo país como nação, somado com o agravo do mal gerenciamento do poder público, que pouco faz.

Além do dano patrimonial sofrido, a corrupção causa danos éticos e morais no Estado Brasileiro, uma vez que ela fere os princípios da república, que na origem latina da palavra - res publica - significa coisa do povo, ou seja, que o poder emana do povo e é ele o foco das ações do governo, que deve trabalhar em favor dos benefícios de seus cidadãos. Com a desigual divisão dos bens públicos e consequente privilégio de alguns, é corroída a confiança do povo em relação aos seus governantes, dando espaço à revolta, à violência e à desunião dos indivíduos frente ao bem comum da sua pátria, realidade que vem crescendo a cada ano, deixando a população descrente da capacidade do Estado como promotor de desenvolvimento e justiça social.

A lista de casos de corrupção ao redor do mundo é enorme, e no Brasil atual, o tema nunca esteve tão presente na sociedade. Há registros de corrupção brasileira desde o tempo do Brasil colônia e, após a redemocratização do Brasil, em 1985, foram frequentes os escândalos de corrupção que ganharam notoriedade no país. Em 1992 o caso de corrupção envolvendo o Presidente Collor levou ao processo de Impeachment dele. No ano de 2005, mais um caso de corrupção veio à tona no país, dessa vez envolvendo o poder legislativo, onde houve compra de votos de congressistas brasileiros por parte do Partido dos Trabalhadores, do presidente em atividade na época, Luiz Inácio Lula da Silva. Essa compra foi a responsável por levar inúmeros deputados e senadores à julgamento no Supremo Tribunal Federal. Por fim, o mais recente, em 2014, foi a Operação Lava Jato, escândalo esse que desvendou um dos maiores esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil, que levou a uma instabilidade política e econômica no país que culminou em outro processo de Impeachment, dessa vez da presidente Dilma Rousseff. Dessa forma, já somam-se três casos notáveis de envolvimento direto ou indireto da mais alta autoridade executiva do país, em cerca de 30 anos.

Até os dias de hoje a operação Lava Jato é mencionada como um dos maiores marcos de combate à corrupção na história brasileira. Um dos fatores que justificam a fama da operação, é o fato dela ter desvendado um alto número de atos ilícitos praticados dentro da maior empresa brasileira, a Petrobras. Bilhões de reais foram desviados da empresa por meio de superfaturamento de obras, sobrepreço, fraude em licitações, entre outros, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União.

Devido ao escândalo desvendado pela operação, as atenções foram voltadas para os mecanismos de controle, tanto internos quanto externos, que tem a função de prevenir a empresa de atos prejudiciais a ela mesma. Dessa forma, uma das primeiras medidas racionais a serem tomadas após os esquemas de corrupção terem sido revelados foi a verificação dos níveis de confiabilidade das informações divulgadas pela empresa ao longo dos anos.

A auditoria contábil é o ramo da contabilidade que é responsável por assegurar a confiabilidade dos registros de uma empresa, a conformidade dos processos e a correta divulgação de seus relatórios de acordo com a legislação. Para alcançar seus objetivos, a auditoria se utiliza de uma análise minuciosa dos

documentos e registros de uma empresa, com a finalidade de garantir a autenticidade de suas informações.

Devido a sua grande importância, existem tanto auditorias internas como externas. A esmagadora maioria das grandes empresas têm em sua área administrativa um setor de auditoria interna, composto por empregados da própria empresa com a função de verificar a regularidade dos processos da empresa, por isso, faz parte dos chamados controles internos. Já na parte da auditoria externa, ocorre a contratação de uma outra empresa para prestar o serviço de auditoria independente. Tal nome justifica-se pelo fato da auditoria ser realizada por pessoas de fora da empresa auditada, sem nenhuma ligação que traga benefícios ou malefícios ao auditor responsável, em caso de uma informação importante ter de ser divulgada. Devido a isto, é a auditoria externa que atesta a garantia das contas de uma empresa perante a sociedade, gerando assim credibilidade nas demonstrações contábeis de uma empresa.

A partir disso, depois da operação Lava Jato, as divulgações financeiras divulgadas pela Petrobras ficaram em evidência, principalmente os relatórios de auditoria externas. Pelo exposto, o presente estudo trará uma análise dos relatórios de auditoria da Petrobras desde o ano em que os desvios de dinheiro público foram constatados até o relatório mais atual, sendo este referentes ao ano de 2021.

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1. Objetivo geral

Verificar se a auditoria independente identificou alguma irregularidade nas demonstrações contábeis da Petrobras de 2014 a 2021.

### 1.2.2. Objetivos específicos

- Analisar os relatórios de auditoria independentes divulgados pela Petrobras
- Expor os relatórios de auditoria externa da Petrobras
- Explicar o significado das opiniões dos auditores nos relatórios anuais.
- Analisar as consequências da Operação Lava Jato às demonstrações financeiras da Petrobras.

### 1.3. JUSTIFICATIVA

A relevância do estudo está no fato da Petrobras ser a maior empresa estatal brasileira, sendo a União o acionista majoritário, por consequente, os lucros e prejuízos que ela apresenta são recursos públicos, dessa forma, de interesse público. Durante a operação Lava Jato, foi investigado que a Petrobras foi alvo de vários atos ilícitos, causando um prejuízo nas contas da empresa de aproximadamente R\$12,3 bilhões, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), em 2020. Esse valor atualizado e com juros seria equivalente, hoje, a um valor superior ao de R\$18 bilhões. Dinheiro este que deixou de ser empregado em prol da sociedade brasileira e acabou nas contas bancárias de grandes empresários em paraísos fiscais.

Diante do exposto, o estudo analisa se a auditoria externa identificou algum indício de fraude ou desvio de recursos da estatal brasileira desde o ano em que a operação lava jato iniciou até os dias presentes.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2. 1. TEORIA DA AGÊNCIA

A literatura referente ao presente tema tem várias vertentes, porém, para falar sobre ele, é indispensável entender três fatores importantes: a teoria acadêmica que fundamenta o estudo, a execução da auditoria e, por fim, um exemplo que mostre como isso ocorre na prática.

A teoria do Principal Agente estuda os casos em que há uma relação na qual uma entidade ou pessoa, considerada como o **principal**, contrata outra entidade ou pessoa, considerada como **agente**, para desempenhar algum serviço, e nisso há uma delegação de autoridade para o agente. Um ponto intrínseco nessa relação é que o benefício do principal está relacionado às decisões tomadas pelo agente, pois os resultados e empenho dele influenciam diretamente no bem-estar do principal (Lopes; Martins, 2005). O problema aparece quando o contratado tem motivos e incentivos para agir pelo seu interesse próprio e isso vai contra o benefício e interesse do contratante. Como exemplo dessa relação entre agente e principal pode-se citar, respectivamente, a relação entre os administradores e acionistas de uma mesma empresa, a relação entre corretores e investidores, a relação entre um advogado e um de seus clientes, assim como, o caso específico deste trabalho, a relação entre pessoas que exercem funções em cargos públicos, como os funcionários da Petrobras, e os cidadãos.

As pessoas em geral agem em busca de maximizar seus ganhos e lucros, sendo estes das mais diversas formas. Em alguns casos de dependência ou cooperação, o que o outro indivíduo envolvido vai fazer em cada cenário é crucial para a sua tomada de decisão (Akerlof, 1970). O exemplo prático mais claro dessa situação é o caso da empresa americana Enron, onde os altos executivos da empresa maquiavam a situação financeira dela para incentivar o mercado financeiro, e até mesmo os empregados de menor posição hierárquica e por isso menos informados, a continuarem investindo na Enron, pelo fato da empresa apresentar resultados positivos (Lopes; Martins, 2005). O ramo da economia que estuda os incentivos das partes envolvidas em todos os possíveis cenários numa relação é chamada de teoria dos jogos. Ela estuda os modelos matemáticos que representam as interações estratégicas entre agentes racionais, considerando agentes racionais

como aqueles que buscam maximizar o seu 'payoff'/lucro, ou seja, sem levar em conta princípios morais. Na prática há uma certa controvérsia sobre em quais momentos é válida a aplicação da teoria dos jogos, já que nem todas as pessoas agem inescrupulosamente em benefício próprio. Entretanto, isso não invalida que haverá pessoas que estarão mais propensas a agir de acordo com o seu próprio interesse, assim como existirão pessoas que agirão dessa forma em ocasiões de menor proporção. Sabendo disso, o principal tem motivos para acreditar que os agentes não agirão sempre na defesa do seu interesse. Esse conflito fica bem significativo na prática quando o comportamento dos agentes não é observável pelo principal e quando existe uma assimetria de informações na relação, de tal modo que o agente se encontra em posição superior nesse sentido (Fiani. 2009).

No caso abordado por esta monografia, temos os funcionários de cargo público no Brasil, os agentes, que são pagos por dinheiro público, ou seja, que são pagos pelos cidadãos brasileiros, os principais. Diante de tal cenário, o principal estabelece o contrato inicial de acordo com os riscos que está disposto a tomar ou optando por um contrato que tenha mais encaixe com o tipo de serviço contratado. Algumas formas de contrato são encontradas na literatura. Dentre elas, damos destaque a três tipos, os quais são: o contrato de taxa-fixa em que o pagamento é fixo, o contrato de alto poder de incentivo o qual prevê o pagamento apenas se o agente chegar ao resultado esperado pelo principal e, caso contrário, não recebe pagamento algum e, por fim, o contrato misto o qual estabelece um acréscimo de pagamento caso o agente bata as metas estabelecidas mas garantindo um salário base independente do resultado. No primeiro caso, o principal assume totalmente o risco do agente não entregar um serviço satisfatório, visto que não há incentivo para ele se empenhar mais. O segundo tipo coloca o risco totalmente nas mãos do agente, já que ele só receberá o pagamento se ele obter o resultado mínimo determinado. Enquanto isso, o último caso divide o risco entre ambas as partes. Logo, os contratos mais eficazes na mitigação da desconfiança quanto ao perigo moral são os que condicionam o salário ao desempenho dos agentes, dando-os mais à medida que se esforçam mais (Lopes; Martins, 2005).

Em alguns casos a determinação do tipo de contrato pode ser capaz de praticamente sanar o problema moral. Contudo, existem casos em que a assimetria de informações é extensa e isso não basta, pois o principal não terá como ter um

controle e uma noção real dos resultados do agente. Para tais situações é indicado a contratação de uma auditoria, de forma que o agente passe por uma fiscalização.

## 2.2. A AUDITORIA INDEPENDENTE

### 2.2.1. Função social da auditoria independente

A auditoria teve sua origem marcada na Inglaterra, pela revolução industrial, onde já existiam naquela época a auditoria das contas públicas, desde o século XIV, de acordo com a Enciclopédia Britânica. Foi lá onde surgiram as primeiras grandes companhias de comércio e onde iniciou-se a taxaço de imposto de renda baseado nos lucros da empresa (Franco; Marra, 2001). Ela nasceu da necessidade de confirmação dos registros contábeis das diversas empresas que surgiram no desenvolvimento do país à época.

Com a descentralização da propriedade marcando o início de uma nova era de controle empresarial, foi percebido pelos investidores uma disparidade ou assimetria de informações, entre eles e aqueles que gerem os negócios da empresa, deixando assim o principal exposto as decisões dos agentes, sem ter o poder de fiscalizar as ações tomadas por eles. Diante dessa insegurança causada pelo que é conhecido como Teoria da Agência, as divulgações contábeis ganharam grande importância no mercado mundial de ações, pelo fato das empresas serem obrigadas a reportar informações, desempenhos, receitas, despesas, lucros e/ou prejuízos referentes ao seu desempenho em um determinado espaço de tempo para o mercado global. Isso fez com que a assimetria de informações fosse reduzida, mas não acabada.

De acordo com Silvio Aparecido Crepaldi (2012), é de obrigação da empresa apresentar as demonstrações adequadas e esclarecedoras à opinião pública. Contudo, como a responsabilidade por elaborar e divulgar essas informações contábeis está na mão da própria empresa, existe até os dias de hoje casos de informações incorretas, falsas ou mesmo fraudulentas em relatórios contábeis de empresas que buscam, de forma tendenciosa, sobrepor-se aos seus concorrentes, enganando seus investidores, fornecedores e demais interessados com resultados não condizentes com a realidade da empresa. É nessa falha de mercado que entra a auditoria externa, com a finalidade de proteger o público alvo das demonstrações

contábeis de possíveis interferências dos agentes da empresa nas divulgações financeiras da entidade, pois os investidores e credores, que são agentes externos a empresa, por não possuírem o nível de informações que os administradores, precisam de sistemas independentes para avaliar a situação real da empresa de forma imparcial (Lopes; Martins, 2005). Ainda de acordo com Crepaldi (2012), é a opinião dos auditores sobre os demonstrativos emitidos pelas empresas que trazem confiabilidade às informações prestadas. Essa opinião baseia-se no conjunto de procedimentos técnicos para emitir uma opinião a respeito da adequação das demonstrações financeiras diante dos princípios fundamentais da contabilidade e da legislação vigente. Tais procedimentos técnicos se dão, dentre outras inúmeras formas, através de teste regulares nos controles internos da própria empresa, que devem evidenciar o controle de áreas chaves da entidade, com a finalidade de evitar fraudes, desfalques, subornos, etc (Crepaldi, 2012).

A partir disso, podemos observar o papel fundamental que a auditoria exerce para a sociedade como todo. Ao fiscalizar as demonstrações contábeis de uma empresa, o auditor atua como um diminuidor da assimetria da informação entre os participantes dos arranjos contratuais que regem uma empresa, diminuindo assim o custo de agência (Niyama; Silva, 2021). Uma vez que a divulgação das demonstrações foram criadas para dar aos usuários das informações contábeis maiores informações sobre as empresas, a auditoria vem como uma garantia que os dados emitidos pela empresas são fidedignos e coerentes com a real situação financeira da entidade e que foram feitos respeitando os princípios, normas e regulações vigentes (Lopes; Iudícibus, 2012).

Desta feita, podemos dizer que as empresas prestadoras de auditoria têm um contrato de fidelidade com a sociedade como todo, uma vez que os auditores agem como verdadeiros "mecânicos informacionais" para o mercado de capitais, ao servir como intermediários para os cidadãos poupadores de recurso que irão escolher onde vão aplicar suas riquezas, da mesma forma que um mecânico avalia um veículo para um cliente, possível comprador (Lopes; Martins, 2005) (Lopes; Iudícibus, 2012).

Por outro lado, as empresas também têm interesse que suas demonstrações sejam auditadas pelos escritórios de auditoria e de preferência que seus relatórios sejam positivos, para que possam garantir aos seus interessados que suas

informações estão completas, corretas e reais. Com isso, a empresa tem mais chances de conseguir investimentos por parte de seus investidores, reais ou potenciais, e créditos por parte de seus credores. Isso explica o grande esforço realizado pelas empresas para reportarem suas divulgações financeiras no mais alto padrão exigido pelo mercado.

O mercado financeiro sofre uma influência tão forte das divulgações contábeis que Lopes e Martins (2005) dividiu-o em dois grupos: intermediários financeiros e intermediários informacionais, sendo a contabilidade pertencente a este último grupo. Para que os recursos acumulados possam ser bem alocados nas entidades que demandam por ele, gerando assim o investimento, o mercado necessita de informações para que o estudo dos ativos possa acontecer, diferenciando assim uns dos outros, de maneira que cada investidor conheça as peculiaridades de cada produto que investe. Por isso, a contabilidade tem sua utilidade econômica reconhecida quando mostra sua capacidade de mudar a opinião dos usuários quanto ao retorno que terão sobre seus investimentos. Diante disso, estudos mostram o quanto a divulgação das demonstrações contábeis, e essas inclui os relatórios de auditoria, influenciam nos preços do mercados financeiro, de forma que a especulação criada através de informações novas ao público consegue alterar de forma substancial o comportamento dos investidores ao ponto de na data de divulgação das demonstrações os preços variam cerca de 7,5% (Lopes; Martins, 2005) .

Dessa forma, o trabalho da auditoria ganhou ao longo dos anos grande importância no cenário global, uma vez que a credibilidade e a confiança de uma empresa pode ser baseada através dos relatórios emitidos pela auditoria. Isso faz com que os escritórios de auditoria tenham muito poder sobre o comportamento do mercado de capitais, que é, por sua vez, regido pela especulação. Uma determinada empresa pode ter a melhor contabilidade do mundo, ao ponto de emitir um alto índice de transparência para seus acionistas, mas se o relatório da auditoria for de opinião negativa, toda a credibilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis dessa empresa é colocada em xeque, fazendo com que seus investidores repensem se continuarão com seus recursos aplicados nela.

### 2.2.2. Relatório da auditoria

Ao final do trabalho de auditoria, o auditor emite a sua opinião quanto à situação patrimonial e financeira da entidade examinada está ou não em acordo com os princípios da contabilidade. Nele está contido de forma padronizada e objetiva, o alcance do trabalho de auditoria, as condições de execução e a opinião final do auditor. Nos relatórios de auditoria, o texto nele contido pode dar a falsa impressão que o auditor foi genérico e superficial em suas constatações, contudo cada informação que incorpora o relatório está carregada de responsabilidades por parte do auditor e qualquer modificação em seu texto pode dar margem para interpretação de opinião com ressalva. Quando um auditor emite sua opinião, ele deve deixar claro qual o tipo de opinião ele está emitindo para as demonstrações contábeis daquela entidade e quais constatações levaram-o a essa opinião (Franco; Marra, 2001).

A NBC TA 700, que trata sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente, e a NBC TA 705, que trata sobre as modificações na opinião do auditor independente, de maneira conjunta, determinam o tipo de opinião que o auditor reportará de acordo com os fatos por ele observados durante o trabalho de auditoria.

O relatório sem ressalva expressa que, na opinião do auditor, as demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da entidade examinada, os resultados de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos, de conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, bem como que essas demonstrações incluem revelações suficientes para sua interpretação. (FRANCO; MARRA, 2001, p. 533)

Além do relatório sem ressalva, que simboliza uma opinião não modificada em relação às demonstrações contábeis de uma entidade, a norma estabelece três tipos de opinião modificada, sendo elas: **opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião**.

Uma opinião com ressalva é emitida quando o auditor, após finalizar seu trabalho, obtém evidências que há distorções, individuais ou em conjunto, nas demonstrações contábeis da empresa e essas distorções são relevantes mas não generalizadas. Usa-se esse termo também quando não há a possibilidade de obter

as evidências das distorções, mas os efeitos das distorções não detectadas, em caso de existirem, poderiam ser relevantes, mas não generalizados (NBC TA, 2016).

Já a opinião adversa deve ser emitida quando “tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis” (NBC TA, 2016, p. 3)

Por fim, a abstenção de opinião é usada quando o auditor não consegue obter as evidências necessárias para justificar sua opinião mas conclui que os efeitos das possíveis distorções não detectadas, diferentemente da “opinião com ressalva” poderiam ser relevantes e generalizadas.

Percebe-se que a diferença entre os três tipos de opiniões modificadas estão basicamente no fato de a auditoria conseguir ou não as evidências das distorções nas demonstrações contábeis da empresa auditada e, o fato da distorção ser generalizada ou não. A NBC TA 705 de 2016 define que efeitos generalizados são aqueles que não estão restritos a itens específicos das demonstrações contábeis e, se estiverem, representam parcela substancial e por isso, são fundamentais para o entendimento das demonstrações pelos usuários.

Além de expressar sua opinião a respeito das demonstrações contábeis da entidade por meio de seu relatório, o auditor poderá incluir parágrafos adicionais em que ele destaca informações da empresa que podem ser pertinentes aos usuários do relatório. De acordo com a NBC TA 706 de 2016, esses parágrafos podem ser de **ênfase** ou de **outros assuntos**. O parágrafo de “ênfase” é acrescido no relatório de auditoria quando o auditor acha por bem destacar uma informação que já foi apresentada ou divulgada pelas demonstrações contábeis da empresa mas, tão grande é a importância da informação para o entendimento pelos usuários que, o auditor cita-a em seu relatório.

O parágrafo de outros assuntos, por sua vez, é incluído no relatório de auditoria quando uma informação que não foi apresentada ou divulgada pelas demonstrações contábeis da empresa é de fundamental importância para o entendimento da auditoria, das responsabilidades do auditor ou do seu relatório como todo. Dessa forma, como ela ainda não consta das demonstrações, o auditor a inclui em seu relatório.

A partir de 2016, com a criação da NBC TA 701, a auditoria passou a ter de incluir em seus relatórios os tópicos de Principais Assuntos de Auditorias, onde o auditor deve relatar os fatos de maior importância e o julgamento feito por ele ao auditar tais eventos. De acordo com a norma:

A comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada. A comunicação dos principais assuntos de auditoria fornece informações adicionais aos usuários previstos das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. A comunicação dos principais assuntos de auditoria também pode ajudar os usuários previstos das demonstrações contábeis a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas. (Item 2. da NBC TA 701, 17 de junho de 2016).

### 2.3. PETROBRAS

Existem diversas matérias que relatam casos de ações ilegais cometidas por empregados públicos. Uma delas teve destaque em nível nacional devido às suas proporções e foi alvo de uma investigação que se prolongou por anos, a Operação Lava Jato. Segundo o Site do Ministério Público Federal, o nome da operação deve-se ao uso de um posto de combustíveis para movimentar dinheiro de origem ilícita, investigado na primeira fase da operação, na qual prendeu-se o doleiro Alberto Youssef.

Essa operação da Polícia Federal investigou esquemas de corrupção bilionários envolvendo a Petrobrás, diversas empreiteiras e políticos de partidos distintos. De acordo com o Tribunal de Contas da União, a operação teve início em 17 de março de 2014 e contou com cerca de 80 fases operacionais autorizadas, durante as quais prenderam-se e condenaram-se mais de cem pessoas, tendo o seu término em 1º de fevereiro de 2021. Ela investigou crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida.

A investigação apontou que os maiores desvios de dinheiro da Petrobras

ocorria por meio de fraudes em licitações, onde um grupo seleto de empresas formavam uma espécie de cartel e organizavam-se entre si para controlar os ganhadores das licitações, de forma que o valor da obra, serviço, material, ou qualquer que fosse o objetivo da licitação, seria finalizada com um sobrepreço considerável de 10 a 12% a mais que o necessário. Esse valor a mais era destinado para as empresas participantes e para os funcionários da Petrobras envolvidos no esquema. Além das fraudes nas licitações, era comum as empresas solicitarem aditivos nas obras da companhia, que consequentemente era aprovado pelos responsáveis dentro da Petrobras, que ao invés de preocupar-se com os interesses das empresa, buscavam apenas o seu enriquecimento ilícito, havendo assim mais desvio de dinheiro da companhia para o esquema.

Quando se olha para tal situação sob a óptica da teoria Principal Agente, fica claro a ação escolhida por tais políticos. Tomando como base o caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou preso por apenas 580 dias após ter uma pena de mais de 3.000 dias, ou seja, um valor menor do que 20% ao estabelecido, ao passo em que seus ganhos próprios passam de vários milhões enquanto muito desses milhões não são recuperados visto que o valor desviado fica sempre superior ao valor ressarcido.

#### 2.4. ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS ANTERIORES

Após estudo na área com o foco voltado para as análises dos relatórios de auditoria da Petrobras, pode-se perceber que o tema é bastante rico em conteúdo, com grande pico de informações voltadas para o ano de 2014. A maioria esmagadora dos artigos encontrados traz em seus trabalhos as análises da auditoria da empresa correlacionada com o tema da corrupção que ocorreu na Petrobras, no esquema de fraude descoberto no ano de 2014 pela Operação Lava Jato. A literatura também aborda o papel da auditoria como meio de prevenção às fraudes que podem ocorrer nas empresas e questiona se ela, a auditoria, falhou no caso da Petrobras.

Até o presente momento, a literatura existente foi enfática em defender a importância da auditoria para as demonstrações contábeis de uma entidade e seu

papel como uma das barreiras de segurança do patrimônio da empresa. Contudo, a literatura reconhece os limites que a auditoria tem, de forma que o auditor não tem condições de inspecionar 100% uma empresa para garantir, com a mesma precisão, que não há nenhum problema existente. O papel da auditoria é dar sua opinião a respeito das demonstrações contábeis, de forma que o usuário, seja ele investidor, credor ou mesmo funcionário da empresa, possa ter uma segurança maior a respeito do que foi divulgado.

Diante disso, a auditoria não é capaz de afirmar com certeza a ausência de fraude ou erro em uma empresa, mas sim de concluir que não há indícios de tais eventos. Uma vez que as demonstrações contábeis estejam de acordo com as normas vigentes e refletindo a situação patrimonial, financeira, operacional e os lucros/prejuízos da entidade, a auditoria cumpriu com sua finalidade.

A literatura defende que cabe à própria empresa encontrar possíveis fraudes ou erros, através de seus controles internos. Por isso, o investimento em sistemas de controle interno deve ser incentivado, de forma que eles estejam interligados entre si e sejam computadorizados ou, em outras palavras, que dependam minimamente da ação humana.

O presente trabalho desenvolve-se a partir do artigo publicado na Revista *Gestión Joven*, em sua edição nº 19 de 2018, p.129-144, de Nayane Santos Ribeiro Alves, que realizou um estudo sobre os tipos de opiniões nos relatórios de auditoria emitidos na Petrobras antes da Operação Lava Jato, onde foi constatado que os auditores expressaram o mesmo tipo de opinião (“Opinião não Modificada”), para todos os anos analisados (2011-2014). Esta monografia se diferenciará do artigo supracitado por trazer as análises dos relatórios de auditoria para os dias atuais, ou seja, de 2014 a 2021 (último relatório de auditoria divulgado pela empresa até o presente momento) observando se houve alguma inconsistência nas demonstrações contábeis da Petrobras desde o período de publicidade da Operação Lava Jato e, se a operação causou algum impacto nos relatórios de auditoria.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa deste trabalho tem como foco analisar os relatórios de auditoria independente da Petrobras referentes aos anos entre 2014 e 2021 com objetivo de emitir uma opinião sobre a qualidade na transparência e gestão da empresa em questão. Para tal fim, utilizaremos uma metodologia descritiva, de forma que será realizada uma verificação, por completo, dos relatórios de auditorias, ano a ano, de 2014 a 2021. Em seguida, será exposto os tópicos mais importantes dos relatórios de auditoria que envolvem a Operação Lava Jato e será feita uma análise em cima desses tópicos, acompanhada de uma crítica por parte deste autor. Ao final do trabalho será anexado os relatórios de auditorias por completo, para eventual consulta do leitor.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental e, por isso, além dos tópicos mais importantes dos relatórios de auditoria, ao final do trabalho, para eventual consulta do leitor, serão anexados os relatórios de auditoria externa da Petrobras por completo, obtidos através de consulta ao Site oficial da Comissão de Valores Mobiliários, em agosto de 2022. Quanto ao objeto ela apresenta caráter qualitativo, pois esta não “emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema, isto é, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas” (BEUREN, 2008, p.92).

Conforme Gil (2008), a pesquisa documental é bem parecida com a bibliográfica, mas se caracteriza pela utilização de materiais que podem ser adaptados ao objetivo da pesquisa. De acordo com Beuren (2008, p.89) a pesquisa documental “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou seja, visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, de modo a introduzir-lhe algum valor, a fim de contribuir com a comunidade científica”. Já a pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007, p.122) “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, documentos impressos, como livros, artigos e teses”. De acordo com Lakatos (2006, p. 185) esse tipo de pesquisa “abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, revistas, livros, monografias, teses e etc., colocando assim o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito”.

Esta monografia usará tanto relatórios de auditoria que podem ser considerados documentos com informação bruta, pois individualmente não possuem ligação e iremos agregar valor a partir da conexão desses, quanto artigos e livros que falam a respeito das classificações e dos seus respectivos significados, classificações essas obtidas a partir das avaliações feitas pelas empresas de auditoria externa.

Em relação à pesquisa descritiva, Gil (2008, p. 28) afirma que esta, possui como ponto fundamental, a forma organizada na coleta dos dados e “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. As análises dos materiais usados na pesquisa foram feitas de forma qualitativa, que, conforme Kerlinger (2003) é caracterizada pelo seu caráter interpretativo, baseado no interesse pela experiência, que leva em consideração o contexto e busca a análise e a compreensão de dados.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos relatórios de auditoria da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários, traremos ao trabalho as principais informações envolvendo a Operação Lava Jato contidas em cada relatório de 2014 a 2021 e analisaremos os significados das constatações da auditoria em cada ano. Os relatórios de auditoria completos dos respectivos anos estão anexos a este trabalho.

Quadro 1 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2014

2014
<p><b>Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Ênfase - Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia</b> Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da “Operação Lava-Jato” sobre a Companhia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) a baixa contábil de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;</li><li>(ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia; e</li><li>(iii) a investigação que vem sendo conduzida pela Securities and Exchange Commission -SEC.</li></ul> <p>Chamamos também a atenção para a nota explicativa 30.2 às demonstrações contábeis, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio preliminar em que se encontram.</p> <p><u>Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.</u></p> <p>Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes</p>

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2014).

Ao analisar o relatório de auditoria independente da Petrobras do ano de

2014, percebe-se que a opinião da auditoria não possui ressalvas, ou seja, que as demonstrações contábeis “apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2014”. Diante disso, a auditoria atestou aos usuários das demonstrações contábeis da Petrobras que as demonstrações financeiras da empresa estavam em acordo com as normas vigentes e que não havia indícios de fraudes ou erros.

Observa-se ainda o uso do parágrafo de ênfase por parte do auditor, que usa o atributo para dar destaque a informação envolvendo os efeitos da Operação Lava Jato na companhia, que constam nas demonstrações financeiras da empresa, em suas notas explicativas, mas que o auditor considerou relevante citá-los em seu relatório para o entendimento por parte do usuário.

Dessa forma, ele destaca os prejuízos que a empresa sofreu através da investigação da Operação Lava Jato. A auditoria destacou que foi dado baixa de R\$ 6.194.000.000,00 (Seis bilhões e cento e noventa e quatro milhões de reais), nas demonstrações consolidadas da companhia, em gastos adicionais pela capitalização indevida na aquisição de ativos imobilizados. Além disso, destaca o andamento das investigações, tanto internas quanto da Securities and Exchange Commission - SEC, sobre os escândalos de corrupção e fraude na empresa.

Ao final, é destacado que inúmeros outros processos estão sendo movidos pela empresa, e por isso, poderá haver mais perdas por parte da Petrobras. Contudo, pelo fato dos processos ainda se encontrarem em estágio inicial, não pode-se realizar nenhuma provisão, devido a falta de estimativa precisa.

#### Quadro 2 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2015

2015
<p><b>Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
<p><b>Ênfase - Efeitos da “Operação Lava Jato” nas operações da Companhia</b> Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo:</p>

- (i) a baixa contábil, em 2014, de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;
- (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia;
- (iii) a investigação que vem sendo conduzida pela U.S. Securities and Exchange Commission - SEC; e
- (iv) o Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para apuração de potenciais danos causados a investidores no mercado de valores mobiliários no Brasil.

Chamamos também a atenção para a nota explicativa 30.4 às demonstrações contábeis, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio em que se encontram.

Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2015).

Ao analisar o relatório de auditoria independente da Petrobras do ano de 2015, percebe-se que a opinião da auditoria foi emitida novamente “sem ressalva”.

Novamente o auditor usou-se da ênfase para destacar os efeitos da Operação Lava Jato na companhia. Neste ponto, ele reforça os efeitos da operação nas demonstrações contábeis de 2014, ou seja, no ano anterior a esse relatório, e acrescenta a informação de que um inquérito civil foi instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para apurar possíveis danos causados a investidores no mercado de valores mobiliário brasileiro.

Percebe-se que a auditoria não trouxe nenhum novo valor ao relatório, em relação às consequências da Operação Lava Jato, repetindo a baixa em gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados.

### Quadro 3 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2016

2016
<p><b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. -</p>

Petrobras e da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

## **Principais Assuntos de Auditoria**

### **1 - "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia (Nota 3)**

Porque é um PAA

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, envolvendo diversos participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. O referido esquema consistia de um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras e impor gastos adicionais vinculados a esses contratos, utilizando estes valores para efetuar pagamentos indevidos.

Os valores pagos pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores envolvidos no esquema foram incluídos nos custos históricos dos respectivos ativos imobilizados. A administração da Companhia entendeu que os pagamentos indevidos representam gastos adicionais e, conseqüentemente, reconheceu uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões (R\$ 4.788 milhões na Controladora) em exercícios anteriores.

A "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria em função de:

- (i) os efeitos potenciais e limitações inerentes que são particularmente significativas em casos como este;
- (ii) necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades a fim de confirmar a razoabilidade dos efeitos já consignados nas demonstrações contábeis; e
- (iii) necessidade de aprimoramento da estrutura de governança e dos controles internos relacionados aos processos de contratação de fornecedores de bens e serviços, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi considerada remediada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, os descritos a seguir

Atualizamos nosso entendimento a respeito da estrutura de governança e como os responsáveis pela administração fazem a supervisão geral para identificar e responder aos principais riscos relacionados ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços, à luz das mudanças introduzidas pela administração nos seus processos e controles para dar resposta à fraude identificada.

Obtivemos também o entendimento das principais novas políticas internas introduzidas e testamos os controles internos relevantes implementados e transações relacionadas ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços e correspondentes pagamentos. Nosso objetivo foi identificar e testar transações selecionadas e os correspondentes pagamentos realizados durante o exercício e avaliar o atendimento a políticas internas e leis e regulamentações aplicáveis. Adicionalmente, avaliamos o Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC), testamos os principais controles relacionados ao canal de denúncias instituído sob a estrutura da Ouvidoria, testando a integridade das informações, tratamento das denúncias e comunicação dos resultados

aos órgãos de governança competentes.

Acompanhamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes, trabalho este liderado por um Comitê Especial, composto por dois membros independentes e o Diretor de Governança, Risco e Conformidade. Discutimos as investigações com o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração e os assessores jurídicos da Companhia e avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com os resultados das referidas investigações

Consideramos que as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas.

## **2 - Ação coletiva (class action) e processos relacionados (Nota 30.4)**

Porque é um PAA

Durante 2015, uma ação coletiva foi proposta contra a Companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, na qual se alega que a Companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na Securities and Exchange Commission - SEC, dos Estados Unidos da América, teria, supostamente, reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de elevar de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Companhia e induzir investidores a erro.

Em junho de 2016, a Corte Federal de Apelações aceitou o pedido da Companhia de recorrer da decisão sobre a certificação de "classe". Como resultado da aceitação do recurso, a solicitação foi acolhida pela Corte Federal de Apelações e o processo está atualmente suspenso até o julgamento do recurso.

Adicionalmente à ação coletiva, 33 ações (6 delas suspensas) foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

Em 2016, a Companhia chegou a acordos para encerrar algumas dessas ações individuais. A Companhia também está negociando acordos com outros autores de ações individuais e, com base nos acordos já celebrados e no estágio das negociações em andamento com outros autores de ações individuais, a Companhia reconheceu uma provisão no montante de R\$ 1.215 milhões no resultado do exercício de 2016.

Conforme descrito na Nota 30.4, em função das incertezas inerentes aos processos, a administração da Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda na ação coletiva e nas ações individuais ainda não provisionadas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas substanciais relacionadas à ação coletiva e às ações individuais, que afetam o montante e o tempo estimado para uma decisão final dessas ações.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

-Entendimento do estágio processual da ação coletiva e das ações individuais;

-Entrevistas com os assessores jurídicos externos da Companhia com o objetivo de entender a impossibilidade de produzir estimativa confiável de perda na ação coletiva e nas ações individuais ainda não provisionadas;

-Confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre:

(i) o estágio processual da ação coletiva e das ações individuais; e

(ii) impossibilidade de se produzir estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;

-Avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia; e

-Avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações individuais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para as ações individuais, bem como as divulgações em notas explicativas em relação à ação coletiva (class action) e ações individuais são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

### **3 - Processos judiciais e contingências (Nota 30)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía provisões no montante de R\$ 11.052 milhões relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 216.003 milhões.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função:

- (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa;
- (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos; e
- (iii) das deficiências nos controles sobre a totalidade e a avaliação da probabilidade de perda das contingências, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências e testes sobre a efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, em nossa estratégia de auditoria, envolvemos nossa equipe de especialistas nas áreas trabalhista e tributária, conforme apropriado, para leitura e discussão dos processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável, obtenção de confirmações de consultores jurídicos externos e teste de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2016).

Em 2016, uma nova estrutura do relatório de auditoria foi estabelecida, o que aconteceu através das mudanças das NBC TA 700 e 706, além da criação da NBC TA 701. Dessa forma, o primeiro parágrafo já aponta a opinião do auditor quanto às demonstrações financeiras da empresa, de acordo com o Anexo C deste trabalho. Logo em seguida, no segundo parágrafo do relatório, consta a base que fundamentou a opinião do auditor, ainda que essa opinião tenha sido “sem ressalva”. Após esses parágrafos, não há mais ordem de prioridade de informações.

Um novo termo foi inserido nos relatórios a partir de 2016, que é o Principais Assuntos de Auditoria. Nele, o auditor expõe no relatório quais foram os assuntos mais significativos na auditoria como todo.

Percebe-se que a auditoria novamente emitiu opinião das demonstrações contábeis sem ressalva, indicando a coerência das demonstrações contábeis com a real situação patrimonial, financeira e operacional da empresa.

No primeiro assunto abordado no tópico de “Principais Assuntos de Auditoria” (PAA), a empresa cita a Operação Lava Jato e explica que a operação desvendou um esquema que envolvia diversas empresas que se organizavam em um cartel para negociar os contratos com a Petrobras que cada empresa viria a ganhar, ao passo que acrescentavam gastos adicionais em seus contratos de forma impositiva, utilizando desses valores para pagamentos indevidos.

Novamente é citado no relatório da auditoria a inclusão nos custos históricos dos ativos da empresa dos valores pagos nos contratos fraudulentos, de forma que a administração considerou em seu relatório o tema como “remediado”.

Como parte de sua conduta, a auditoria relatou que testou os controles internos implementados e as transações relacionadas às contratações de fornecedores, assim como avaliou o Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC), seu canal de denúncias, a integridade das informações e o tratamento das denúncias recebidas e posterior comunicação aos órgãos de governança

competentes. No fim, a auditoria informou que as divulgações da empresa sobre o assunto, em notas explicativas, são consistentes.

Em seguida, o segundo assunto de PAA trata sobre a ação coletiva movida em 2015 na corte federal, no Distrito Sul de Nova Iorque, onde alega que a companhia teria, supostamente, reportado informações materialmente falsas e omitido outras com o intuito de elevar, de maneira artificial, o preço dos valores mobiliários da companhia e induzir os investidores ao erro. Além da ação coletiva, trinta e três outras ações individuais foram propostas na mesma Corte Federal, com alegações similares. No ano de 2016, a auditoria informa que foram estabelecidos acordos para encerrar algumas dessas ações individuais e que a empresa ainda está negociando outros acordos, de modo que a companhia reconheceu provisão de R\$1.215.000.000,00 no resultado do exercício de 2016, porém sem levar em consideração a ação coletiva e outras ações individuais que não puderam ser estimadas com confiança. Tudo isso foi constatado pela auditoria através de entrevistas com assessores jurídicos externos à companhia, avaliação da forma contábil adotada para provisionamento das ações e entendimento do estágio processual das ações.

O terceiro PAA foi Processos judiciais e contingências. A companhia possuía em 31 de dezembro de 2016, R\$ 11.052.000.000,00 em provisões de expectativas de perda classificadas como provável e, R\$ 216.003.000.000,00 em provisões de expectativa de perda classificadas como possíveis. Assim como no caso das provisões das ações judiciais nos processos movidos por decorrência da Operação Lava Jato, os testes de auditoria seguiram os mesmos princípios, e os auditores consideraram as premissas adotadas pela administração, assim como as divulgações realizadas sobre os passivos contingentes, razoáveis em todos os aspectos relevantes.

Percebe-se que com a inclusão dos PAA, a auditoria não achou a necessidade de incluir parágrafos de ênfase, pois, pelo que se pôde concluir, ela considerou que os PAA cumpriram a finalidade da ênfase. O ponto positivo é que há mais espaço para detalhar assuntos importantes da auditoria para o usuário das demonstrações contábeis, dando uma maior ciência do que foi feito em cada caso. Em contrapartida, o ponto negativo é que o parágrafo de ênfase traz uma maior atenção ao usuário pelo fato de, como a própria palavra sugere, ser mais enfático ao

que ele quer chamar a atenção. O parágrafo de ênfase é mais objetivo e com isso, reflete em um maior entendimento da informação pelo usuário, ao passo que os PAA se tornam mais subjetivos.

#### Quadro 4 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2017

2017
<p><b>Opinião</b></p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p><b>1 - “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia Conforme Nota Explicativa nº 3 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</b></p> <p>Principal assunto de auditoria</p> <p>Em conexão com os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, reconheceu em 2014, uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões (R\$ 4.788 milhões na Controladora), referente a estimativa de gastos capitalizados de forma indevida, os quais foram pagos adicionalmente pela Companhia na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. A referida estimativa considerou premissas que, desde então, vem sendo monitoradas pela Companhia na medida em que a investigação avança e novos fatos surjam. Dessas premissas, as mais significativas foram:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) período de contrato e pagamentos realizados a empresas envolvidas;</li><li>(ii) nome das empresas e das pessoas envolvidas, bem como relacionamentos diretos e indiretos com essas; e</li><li>(iii) percentual adotado sobre os contratos para realização dos pagamentos indevidos.</li></ul> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função do acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, que podem alterar as premissas que resultaram no reconhecimento da baixa referente a gastos capitalizados de forma indevida nas demonstrações contábeis, bem como impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais.</p> <p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves, adotados pela Companhia</p>

associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, testando a integridade das informações do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes.

Com base em testes, avaliamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes e avaliamos se a posição da Companhia sobre a estimativa e premissas adotadas se mantêm adequadas.

Nossos especialistas em forensics nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação e utilização de informações relevantes oriundas das delações e acordos de leniência homologados visando avaliar a adequação da estimativa referente a gastos capitalizados de forma indevida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo de gastos capitalizados de forma indevida, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## **2 - Processos judiciais e Contingências**

### **Conforme Nota Explicativa nº 30.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.**

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A avaliação da classificação de perda pela Companhia é suportada por critérios e premissas que envolvem elevado grau de complexidade e que são influenciadas por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes requerer que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte envolvida, bem como impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, incluindo a adesão aos diversos programas de regularização tributária.

Avaliamos as informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação com os consultores jurídicos internos e externos e demais

documentos produzidos pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para contingências, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2017).

Em 2017, a empresa responsável pela auditoria externa da Petrobras foi trocada pela primeira vez desde a divulgação das investigações da Operação Lava Jato. Saiu a empresa PricewaterhouseCoopers e assumiu a KPMG. Em seu primeiro ano realizando o relatório da auditoria sobre as demonstrações contábeis da Petrobras, a KPMG emitiu um relatório “sem ressalva”. Nos Principais Assuntos de Auditoria (PAA), foram abordados 7 tópicos.

No primeiro assunto, a auditoria novamente traz o tema da Operação “Lava Jato”, assim como no ano de 2016, citando a baixa de ativos realizada em 2014 no montante de R\$ 6.194.000.000,00, feita através de uma investigação independente, levando em conta o conhecimento e informações da companhia sobre o fato. A auditoria relatou que realizou os teste necessários, assim como tem sido feito desde o ano de 2014, desde a avaliação da Comissão Interna de Apuração como o acompanhamento de novas informações através dos meios de comunicações, delações e acordos de leniência, tudo isso visando a melhor avaliação da estimativa feita pela companhia. Dessa forma, a auditoria considerou os procedimentos como aceitáveis, bem como suas divulgações.

O segundo PAA trata sobre os processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Dessa forma, a auditoria avaliou o processo de contingência feito pela companhia, avaliando suas estimativas e julgamentos na tomada de decisão que resultou no valor contingenciado, bem como sua divulgação. Por fim, todo o processo foi considerado como aceitável pela auditoria.

Nota-se que a auditoria não traz a atualização dos valores das contingências

relatados em 2016, tampouco cita o valor contido no relatório do ano anterior.

## Quadro 5 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2018

2018
<p><b>Opinião</b></p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>Principais assuntos de auditoria .</p> <p><b>1 - Processos judiciais e Contingências</b></p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 30.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria</p> <p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>A avaliação da classificação de perda pela Companhia é apoiada em critérios e premissas que envolvem elevado grau de complexidade e que são influenciadas por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.</p> <p>Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes, oriundos de determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas requerer que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte envolvida, bem como impactar o valor destes passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.</p> <p>Avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, incluindo a adesão aos diversos programas de regularização tributária.</p> <p>Avaliamos as informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para processos judiciais, bem como as divulgações relacionadas com esses passivos contingentes são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2018).

No ano de 2018, a Petrobras manteve a KPMG como empresa responsável pela sua auditoria externa, que emitiu o seu relatório sem ressalva. Pela primeira vez desde o ano de 2014, quando as investigações da Operação Lava Jato ganharam notoriedade, o relatório não trouxe nenhuma citação à operação.

Faz-se necessário informar que durante o ano de 2018, a Operação Lava Jato ainda acontecia, estando em sua 57ª fase, das 79 que aconteceriam até fevereiro de 2021.

#### Quadro 6 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2019

2019
<p><b>Opinião</b></p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p>
<p>Principais assuntos de auditoria</p>
<p><b>1- Análise das provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias</b></p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>
<p>Principal assunto de auditoria</p>
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p>
<p>A Companhia registra uma provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de uma saída de caixa para quitação de uma obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando a probabilidade é considerada provável mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa.</p>
<p>Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas mais significativas.</p>
<p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</p>

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de avaliação dos processos judiciais, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação da probabilidade da saída de recurso, e da estimativa do valor envolvido, assim como controles relacionados com a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas jurídicos, internos e externos, os quais auxiliam a Companhia na definição da estimativa relacionada com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, assim como suas qualificações e experiência profissional;
- obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia, e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas; e
- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2019).

Em 2019, a KPMG continuou como responsável pela auditoria externa da Petrobras, assim como nos dois anos anteriores. No fim dos trabalhos, ela emitiu opinião sem ressalva. Pelo segundo ano consecutivo, não houve menção a Operação Lava Jato no relatório de auditoria, tampouco suas consequências.

Há apenas o assunto de auditoria de “provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias” que o relatório não dá clareza se esses fatos têm relação com a Operação Lava Jato. Ao fim do ano de 2019, a Operação encontrava-se em sua 70ª fase.

#### Quadro 7 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2020

2020
<b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Principais Assuntos de Auditoria

**1-Análise das provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias**

Conforme Nota Explicativa nº 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registra uma provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de uma saída de caixa para quitação de uma obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando a probabilidade é considerada provável mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas mais significativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

-testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de avaliação dos processos judiciais, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação da probabilidade da saída de recurso, e da estimativa do valor envolvido, assim como controles relacionados com a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

-avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas jurídicos, internos e externos, os quais auxiliam a Companhia na definição da estimativa relacionada com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, assim como suas qualificações e experiência profissional;

-obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia, e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas; e

- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando os valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2020).

Em 2020, mais uma vez a empresa KPMG foi responsável pela auditoria externa da companhia, sendo esta a terceira vez consecutiva. Ao publicar seu relatório, a empresa deu mais uma vez opinião “sem ressalva” para as demonstrações contábeis da Petrobras. Não houve menção à Operação Lava Jato nesse relatório.

Assim como em 2019, há apenas o assunto de auditoria de “provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias” que o relatório não dá clareza se esses fatos têm relação, direta ou indireta, com a Operação Lava Jato. Ao fim do ano de 2020, a Operação encontrava-se em sua 78ª fase.

#### Quadro 8 – Opinião dos auditores nas Demonstrações Contábeis de 2021

2021
<p><b>Opinião</b></p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>Principais Assuntos de Auditoria</p> <p><b>1 -Análise das provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias</b> Conforme Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Principal assunto de auditoria</p> <p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>A Companhia registra uma provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de uma saída de caixa para quitação de uma obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando a probabilidade é considerada provável mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa.</p> <p>Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas mais significativas.</p> <p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p>

- Testes de desenho e efetividade de certos controles internos associados ao processo de avaliação dos processos judiciais, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação da probabilidade da saída de recurso, e da estimativa do valor envolvido, assim como controles relacionados com a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

- Avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas jurídicos, internos e externos, os quais auxiliam a Companhia na definição da estimativa relacionada com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, assim como suas qualificações e experiência profissional;

- Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia, e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas; e

- Avaliação da habilidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando os valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do Auditor Independente nas Demonstrações Contábeis da Petrobras, (PETROBRAS, 2021).

Em 2021, último ano de análise, o relatório foi mais uma vez apresentado pela empresa KPMG, responsável pela auditoria externa da companhia. Ao publicar seu relatório “sem ressalva”, a KPMG marcou a hegemonia dos relatórios “sem ressalva” analisados por este trabalho. Não houve menção à Operação Lava Jato no último relatório, ficando sua presença marcada apenas nos quatros primeiros.

Pela terceira vez, apenas o assunto de auditoria de “provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias” que pode ter relação à Operação Lava Jato consta no relatório.

O último relatório de auditoria analisado por esse trabalho é datado do ano de 2021, ano que marca o fim da Operação Lava Jato em sua 79ª fase.

Apesar do grande esquema de corrupção desvendado pela Operação Lava Jato e os diversos prejuízos que a companhia absorveu devido a ele, a auditoria

externa, ao longo de oito anos de relatórios revisados, não modificou sua opinião em nenhum deles, mantendo-se no parecer sem ressalva.

Dessa forma, observamos que a auditoria externa não foi capaz de identificar a corrupção ocorrida na Petrobras, uma vez que o esquema foi descoberto através de investigações da Polícia Federal junto com o Ministério Público Federal, em 2014, primeiro ano de análise dos relatórios de auditoria da Petrobras, que foram emitidos “sem ressalvas”.

Também foi relatado no relatório de auditoria de 2016 que o esquema de corrupção ocorreu entre os anos de 2004 a 2012. Dessa forma, foi feita uma rápida verificação do parecer dos relatórios de auditoria desses anos para constatar com precisão que não houve mudança de opinião da auditoria. Todos eles foram emitidos “sem ressalva”.

Como foi abordado neste trabalho, a função da auditoria é analisar as demonstrações contábeis de uma entidade e emitir sua opinião quanto a sua regularidade perante as normas vigentes, atestando assim para a sociedade se as informações publicadas pela empresa condiz com sua real situação financeira, patrimonial, operacional, entre outros.

É importante ressaltar que a auditoria externa é uma das várias barreiras de segurança contra irregularidades de uma empresa e que ela pode ou não encontrar uma possível fraude ou erro. Como é destacado nos tópicos de “outros assuntos” dos relatórios de auditoria, uma fraude tem risco de não detecção maior que o erro pois a fraude pode conter falsificação, omissão, conluio ou ações com a finalidade de burlar os controles internos.

Diante do exposto, a auditoria tem a capacidade de prover um nível de segurança considerado alto, contudo, ela não é capaz de afirmar com certeza absoluta se uma empresa está de fato sem distorções. O que se pode questionar é se as empresas de auditoria PriceWaterhouseCoopers e KPMG poderiam ter modificado suas opiniões quanto às demonstrações contábeis da Petrobras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho surgiu a partir da necessidade de verificar os níveis de segurança de informações divulgadas pela Petrobras, uma vez que em março de 2014, ações conjuntas da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita Federal e outros órgãos do poder público, deu início a primeira fase da Operação Lava Jato, onde diversos esquemas de corrupção envolvendo funcionários do alto escalão da empresa foram descobertos, revelando fraude em diversos contratos da companhia.

Desde então, veio a necessidade de fiscalizar a empresa com um olhar mais apurado, principalmente em relação às suas demonstrações contábeis, trabalho esse cuja fiscalização cabe, entre outros, à auditoria externa. Pelo exposto, o presente trabalho trouxe a análise dos relatórios de auditoria independentes com um olhar voltado à Operação Lava Jato e verificou que não houve identificação de nenhuma irregularidade nas demonstrações contábeis da companhia no período estabelecido pelo estudo. Todos os relatórios foram emitidos “sem ressalva” durante os três primeiros anos em que o estudo iniciou, quando a Petrobras era auditada pela empresa de auditoria externa PriceWaterhouseCoopers e durante os outros cinco anos em que a KPMG passou a auditar a companhia.

Durante o trabalho, além de analisar o tipo de opinião emitido pelas empresas de auditoria externa, também foi trazido o extrato dos relatórios de auditoria para uma explanação dos itens expostos pelas empresas de auditoria em seus respectivos relatório, analisando o significado de cada tópico. Verificamos o uso de comunicações adicionais, através dos parágrafos de Ênfase realizados pelos auditores frente a necessidade de informar aos usuários das demonstrações contábeis informações pertinentes que mereciam destaque. A partir do ano de 2016, devido a nova NBC TA 701, um novo termo chamado "Principais Assuntos de Auditoria" (PAA) foi adicionado aos relatórios com a finalidade de destacar os pontos considerados pelos auditores como mais significativos do trabalho de auditoria realizado.

Em 2014 e 2015, através de parágrafos de ênfase, e em 2016 e 2017, nos tópicos de PAA, pode-se constatar os reflexos financeiros que a corrupção, através do esquema montado entre o alto escalão da companhia com as empresas que

prestavam serviços à ela, causou às finanças da Petrobras, resultando em muito prejuízo acumulado pela companhia através de baixas de ativos imobilizados, provisões para processos judiciais, gastos com investigações internas, etc.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado abrangendo uma maior quantidade de dados, contudo, a dificuldade de acesso a essas outras informações impossibilitou a realização disto. O trabalho poderia abordar outros controles de auditoria, como os relatórios de contas da Petrobras (emitidos pelo TCU), verificação dos controles internos da Petrobras e até mesmo um estudo do impacto do mercado financeiro na companhia, incluindo as variações do valor da ação da Petrobras na bolsa de valores ou os investimentos perdidos.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o estudo da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, que não se limita apenas às informações internas da companhia, mas fiscaliza os valores e realização de obras, contratos e serviços de modo geral.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, N. S. R. ; MARTINS, V. F. . Auditoria independente: um estudo sobre os tipos de opiniões nos relatórios de auditoria emitidos na empresa Petrobras antes da operação Lava Jato. **GESTIÓN JOVEN** , v. 19, p. 129-144, 2019.

ASSIS, Renato Aguiar. Auditoria como instrumento de combate à corrupção. Salvador: Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia-IAF, Março, 2015.

BONOTTO, P. (2010). As fraudes contábeis da “Enron” e Worldcom e seus efeitos nos Estados Unidos. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis. Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Acedido em 28 de fevereiro de 2020

GARCIA, L. M.; TEODÓSIO, A. S. S. Análise de limites dos sistemas de contabilidade e controle para o enfrentamento do problema da corrupção sistêmica no Brasil: lições dos casos da Suécia e da Itália. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2020, 54(1), 79 - 98.

GOMES, Bárbara Barreto (2017). Atuação do contador público no combate a corrupção no Brasil: Operação Lava Jato. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Contábeis. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Universidade Federal de Brasília - UnB.

KRUGER, S. D. ; DAL-CIN, D. ; ANGULERI, J. . Análise da Opinião dos Auditores das Demonstrações Contábeis de Empresas Envolvidas na Operação Lava Jato. In: **9 Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2019**. 9 Congresso UFSC de Controladoria e Finanças.

MARAGNO, L. M. D. et al. Corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil: evidências empíricas dos vínculos entre fraudadores e cofraudadores no caso Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**. UFSC, 2019

MENDES, Ana Isabel Gonçalves (2021). A importância da Auditoria no combate à corrupção. Dissertação de Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública no ramo de Instituições Públicas. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

MENDES, R. da C.; OLEIRO, W. N.; QUINTANA, A. C. (2011). A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil. **SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas E Contábeis**, 12(2), 37–48.

NASCIMENTO DE ARAÚJO, João Gabriel et al. JEITINHO BRASILEIRO, CORRUPÇÃO E CONTABILIDADE. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 8, n. 2, 2020.

TCU e a Lava Jato. TCU, 2022. Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/combate-a-corrupcao/tcu-e-a-lava-jato.htm>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

Entenda o caso - Caso Lava Jato. TCU, 2022, Disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 13 de agosto de 2022.

Conheça a linha do tempo - Caso Lava Jato. TCU, 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>. Acesso em: 13 de agosto de 2022.

NBC TA – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. Conselho Federal de Contabilidade, 2022. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

Consulta de Documentos de Companhias Abertas, CVM, 2022. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

Índice de percepção da corrupção. 2022. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

Missão, valores e objetivos estratégicos da CVM. 2022. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/aceso-a-informacao-cvm/institucional/missao-valores-e-objetivos-estrategicos> Acesso em: 6 de agosto de 2022.

LOPES, Alexsandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria avançada da Contabilidade. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 8. Ed. São Paulo: Atlas. 2012.

## **ANEXO A**

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2014

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a "Companhia" ou "Petrobras") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Ênfase - Base de preparação**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, o qual foi integralmente amortizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### **Ênfase - Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da “Operação Lava-Jato” sobre a Companhia, abrangendo:

- (i) a baixa contábil de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;
- (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob

a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia; e  
(iii) a investigação que vem sendo conduzida pela Securities and Exchange Commission -SEC.

Chamamos também a atenção para a nota explicativa 30.2 às demonstrações contábeis, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio preliminar em que se encontram.

Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

### **Outros assuntos**

#### Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol

Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

## **ANEXO B**

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2015

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a "Companhia" ou "Petrobras") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase - Efeitos da “Operação Lava Jato” nas operações da Companhia**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo:

- (i) a baixa contábil, em 2014, de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;
- (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia;
- (iii) a investigação que vem sendo conduzida pela U.S. Securities and Exchange Commission - SEC; e
- (iv) o Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para apuração de potenciais danos causados a investidores no mercado de valores mobiliários no Brasil.

Chamamos também a atenção para a nota explicativa 30.4 às demonstrações

contábeis, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio em que se encontram.

Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

### **Outros assuntos**

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol Contador  
CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

## **ANEXO C**

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2016

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações

contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## **1 - "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia (Nota 3)**

Porque é um PAA

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, envolvendo diversos participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. O referido esquema consistia de um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras e impor gastos adicionais vinculados a esses contratos, utilizando estes valores para efetuar pagamentos indevidos.

Os valores pagos pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores envolvidos no esquema foram incluídos nos custos históricos dos respectivos ativos imobilizados. A administração da Companhia entendeu que os pagamentos indevidos representam gastos adicionais e, conseqüentemente, reconheceu uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões (R\$ 4.788 milhões na Controladora) em exercícios anteriores.

A "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria em função de:

- (i) os efeitos potenciais e limitações inerentes que são particularmente significativas em casos como este;
- (ii) necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades a fim de confirmar a razoabilidade dos efeitos já consignados nas demonstrações contábeis; e
- (iii) necessidade de aprimoramento da estrutura de governança e dos controles internos relacionados aos processos de contratação de fornecedores de bens e serviços, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi considerada remediada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, os descritos a seguir

Atualizamos nosso entendimento a respeito da estrutura de governança e como os responsáveis pela administração fazem a supervisão geral para identificar e responder aos principais riscos relacionados ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços, à luz das mudanças introduzidas pela administração nos seus processos e controles para dar resposta à fraude identificada.

Obtivemos também o entendimento das principais novas políticas internas introduzidas e testamos os controles internos relevantes implementados e transações relacionadas ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços e correspondentes pagamentos. Nosso objetivo foi identificar e testar transações selecionadas e os correspondentes pagamentos realizados durante o exercício e avaliar o atendimento a políticas internas e leis e regulamentações aplicáveis. Adicionalmente, avaliamos o Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC), testamos os principais controles relacionados ao canal de denúncias instituído sob a estrutura da Ouvidoria, testando a integridade das informações, tratamento das denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes.

Acompanhamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes, trabalho este liderado por um Comitê Especial, composto por dois membros independentes e o Diretor de Governança, Risco e Conformidade. Discutimos as investigações com o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração e os assessores jurídicos da Companhia e avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com os resultados das referidas investigações

Consideramos que as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas.

## **2 - Ação coletiva (class action) e processos relacionados (Nota 30.4)**

Porque é um PAA

Durante 2015, uma ação coletiva foi proposta contra a Companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, na qual se alega que a Companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na Securities and Exchange Commission - SEC, dos Estados Unidos da América, teria, supostamente, reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de elevar de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Companhia e induzir investidores a erro.

Em junho de 2016, a Corte Federal de Apelações aceitou o pedido da Companhia de recorrer da decisão sobre a certificação de "classe". Como resultado da aceitação do recurso, a solicitação foi acolhida pela Corte Federal de Apelações e o processo está atualmente suspenso até o julgamento do recurso.

Adicionalmente à ação coletiva, 33 ações (6 delas suspensas) foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque com alegações similares às aquelas apresentadas na ação coletiva. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

Em 2016, a Companhia chegou a acordos para encerrar algumas dessas ações individuais. A Companhia também está negociando acordos com outros autores de ações individuais e, com base nos acordos já celebrados e no estágio das negociações em andamento com outros autores de ações individuais, a Companhia reconheceu uma provisão no montante de R\$ 1.215 milhões no resultado do

exercício de 2016.

Conforme descrito na Nota 30.4, em função das incertezas inerentes aos processos, a administração da Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda na ação coletiva e nas ações individuais ainda não provisionadas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas substanciais relacionadas à ação coletiva e às ações individuais, que afetam o montante e o tempo estimado para uma decisão final dessas ações.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

-Entendimento do estágio processual da ação coletiva e das ações individuais;

-Entrevistas com os assessores jurídicos externos da Companhia com o objetivo de entender a impossibilidade de produzir estimativa confiável de perda na ação coletiva e nas ações individuais ainda não provisionadas;

-Confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre:

(i) o estágio processual da ação coletiva e das ações individuais; e

(ii) impossibilidade de se produzir estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;

-Avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia; e

-Avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações individuais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para as ações individuais, bem como as divulgações em notas explicativas em relação à ação coletiva (class action) e ações individuais são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

### **3 - Impairment do ativo imobilizado (Notas 12 e 14)**

Porque é um PAA

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos classificados no grupo do imobilizado somavam o montante de R\$ 571.876 milhões. Potenciais perdas por redução do valor recuperável (impairment) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos.

O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como:

(i) estimativa do volume das reservas de petróleo e gás natural;

(ii) estimativa de preços futuros de petróleo e gás natural;

(iii) taxa média de câmbio (Reais/dólares estadunidenses); e  
(iv) definição da taxa de desconto. Adicionalmente, a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) também demanda julgamentos relevantes por parte da administração, bem como o estabelecimento de controles de revisão de alterações dessas UGC. Mudanças na agregação ou desagregação de ativos que compõem as UGC podem resultar em reversões ou perdas de impairment adicionais.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude:

(i) da relevância do ativo imobilizado da Companhia;  
(ii) dos julgamentos e estimativas relevantes envolvidos no processo de cálculo do valor em uso dos ativos; e  
(iii) das deficiências nos controles de revisão de alterações de determinadas UGC que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi considerada remediada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de impairment e testes da efetividade dos controles considerados chave nesses processos.

Quanto aos testes de detalhes em operações ou transações, nossa abordagem considerou os seguintes principais procedimentos:

(i) Avaliação da definição das UGC pela administração, baseada em testes de mudanças de UGC, bem como a revisão da composição das UGC vis-à-vis os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".  
(ii) Apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos na execução dos seguintes principais procedimentos de auditoria:

-Comparação das premissas-chave com o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 e análise de sensibilidade dessas premissas;

-Avaliação da razoabilidade das premissas-chave, incluindo comparações com benchmarks, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções;

-Discussão dos critérios usados para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação e câmbio;

-Comparação das estimativas internas das reservas de petróleo e gás com estimativas preparadas por especialistas independentes; e

-Avaliação da competência técnica dos especialistas responsáveis pela estimativa independente das reservas provadas de petróleo e gás natural.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para

determinação da perda por impairment, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

#### **4 - Processos judiciais e contingências (Nota 30)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía provisões no montante de R\$ 11.052 milhões relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 216.003 milhões.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função:

- (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa;
- (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos; e
- (iii) das deficiências nos controles sobre a totalidade e a avaliação da probabilidade de perda das contingências, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências e testes sobre a efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, em nossa estratégia de auditoria, envolvemos nossa equipe de especialistas nas áreas trabalhista e tributária, conforme apropriado, para leitura e discussão dos processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável, obtenção de confirmações de consultores jurídicos externos e teste de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

#### 5 - Benefícios concedidos a empregados (nota 22)

Em 31 de dezembro de 2016, os valores provisionados no balanço patrimonial somavam o montante de R\$ 72.668 milhões.

O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função:

- (i) da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados;
- (ii) julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios; e
- (iii) das deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados para o cálculo do passivo atuarial, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, as deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados e premissas para o cálculo do passivo atuarial e valoração de determinados ativos garantidores constituíram uma deficiência significativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria consideradas necessárias foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto. Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram os seguintes principais procedimentos:

-Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial;

-Avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por

preparar o cálculo atuarial; e

-Revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, obtivemos confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e testamos a estimativa do valor justo desses ativos com apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

## **6 - Contas a receber - Setor Elétrico (Nota 8.4)**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo líquido das contas a receber do setor elétrico é de R\$ 10.062 milhões.

Uma parcela significativa dos recursos usados na liquidação financeira das referidas contas a receber é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Contudo, alterações ocorridas na legislação impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC, aumentando o risco de inadimplência das distribuidoras que operam neste setor e que compram combustível para utilização em suas usinas térmicas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dessas circunstâncias e dos consequentes julgamentos significativos em relação às premissas usadas na determinação das perdas em créditos de liquidação duvidosa e da relevância do saldo das contas a receber.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração das perdas em créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico e testes da efetividade dos controles considerados chave. Quanto aos testes de detalhes em operações e transações, nossa abordagem considerou a revisão de contratos de confissão de dívida celebrados entre a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras, entendimento do estágio atual das negociações com o Governo Federal e Eletrobras, leitura de ofícios e portarias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME, bem como pagamentos recebidos e reconciliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída para a totalidade das contas a receber do setor elétrico vencidas ou sem garantias reais.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação das perdas em créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

## **7 - Distratos e adiantamentos a fornecedores - Estaleiros (Nota 14.4)**

Porque é um PAA

Em 2016, a Companhia reconheceu um total de provisões e baixas contábeis no montante de R\$ 5.263 milhões, conforme segue:

- (i) provisão para perdas (impairment) no montante de R\$ 1.925 milhões, em função das incertezas sobre a continuidade da construção dos cascos das plataformas P-71, P-72 e P-73;
- (ii) provisão para perdas no montante de R\$ 2.353 milhões, referente ao saldo remanescente dos adiantamentos aos fornecedores Ecovix e Enseada;
- (iii) baixas dos investimentos realizados no estaleiro Rio Grande, no montante de R\$ 505 milhões; e
- (iv) baixas de outros investimentos relacionados à construção dos cascos das plataformas P-71, P72 e P73, no valor de R\$ 480 milhões.

Em função da importância estratégica de determinados ativos e das dificuldades financeiras enfrentadas pelos fornecedores contratados para sua construção, a Companhia implantou, em 2015, uma sistemática de conta vinculada com o objetivo de viabilizar a continuidade da execução das obras. No terceiro trimestre de 2016, a Companhia reavaliou a continuidade das contas vinculadas, resultando no reconhecimento dessas provisões e baixas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e das deficiências nos controles relacionadas com a necessidade de baixar adiantamentos a fornecedores que não resultariam em benefícios econômicos futuros e de reconhecer despesas relacionadas com o distrato de contratos relacionados, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de adiantamentos a fornecedores e distratos, bem como testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre os aportes feitos às contas vinculadas, provisão para perdas referente a adiantamentos aos fornecedores Ecovix e Enseada e baixas dos investimentos relacionados ao estaleiro Rio Grande e à construção dos cascos das plataformas P-71, P72 e P73.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram revisão dos principais contratos e distratos relacionados ao tema, inspeção de contratos de sub-rogação de dívida e teste de detalhes em relação à posterior liquidação financeira dos passivos registrados, bem como teste de impairment para os ativos remanescentes.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para

determinação das provisões e baixas relacionadas à construção de cascos de plataformas pelos fornecedores Ecovix e Enseada, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

#### **8 - Contabilidade de hedge de fluxo de caixa (Notas 4.3.6 e 33.2)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava o montante de R\$ 25.119 milhões, líquido dos efeitos tributários, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

A Companhia designa relações de hedge, onde exportações futuras altamente prováveis são definidas como item protegido, e passivos denominados em moeda estrangeira são utilizados como instrumentos de proteção. O objetivo dessa prática contábil é reconhecer os efeitos cambiais de ambos - item protegido e instrumento de hedge - ao mesmo momento na demonstração de resultado.

A estimativa das exportações futuras altamente prováveis requer o uso de julgamentos relevantes por parte da administração da Companhia. Tal estimativa pode ser significativamente influenciada por mudanças nas projeções de preços de petróleo e seus derivados e curva de produção futura.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas críticas e julgamentos relevantes usados pela administração para estimar as exportações futuras consideradas "altamente prováveis" e da relevância do saldo acumulado de variação cambial reconhecido no patrimônio líquido, decorrente da aplicação da contabilidade de hedge de fluxo de caixa.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de contabilidade de hedge e testes da efetividade dos controles considerados chave. Com relação aos testes de detalhes em operações ou transações, nossa abordagem envolveu a avaliação da razoabilidade das principais premissas usadas pela administração para estimar as exportações futuras. Esses trabalhos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliações de ativos.

Os procedimentos de auditoria também incluíram a revisão dos critérios usados pela administração para definir a parcela das exportações futuras consideradas "altamente prováveis", conforme critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38)". Nesse aspecto, revisamos os dados históricos de exportações realizadas usados pela administração para definir a parcela altamente provável, além da análise de sensibilidade das premissas-chave e avaliação dos potenciais impactos dentro de um intervalo de possíveis resultados.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram:

- (i) avaliação da aplicação da contabilidade de hedge pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 38;
- (ii) revisão de documentações das designações de hedge;

- (iii) teste de recálculo da variação cambial; e
- (iv) recálculo dos testes de eficácia prospectivos e retrospectivos

Consideramos que a aplicação da contabilidade de hedge pela Companhia, que é uma faculdade da administração nos termos do CPC 38, atende aos requerimentos estabelecidos pelo referido pronunciamento técnico. Adicionalmente, consideramos que as premissas adotadas pela administração para determinação das exportações futuras altamente prováveis e das perdas e ganhos cambiais registrados em outros resultados abrangentes são razoáveis e as divulgações em notas explicativas apropriadas.

### **Outros assuntos**

Demonstração do Valor Adicionado As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro "RMF"

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e no Relatório ao Mercado Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol Contador  
CRC 1SP155975/O-8 "S" R

## ANEXO D

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2017

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras “Companhia” identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião

sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

1 - “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia Conforme Nota Explicativa nº 3 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Principal assunto de auditoria

Em conexão com os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, reconheceu em 2014, uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões (R\$ 4.788 milhões na Controladora), referente a estimativa de gastos capitalizados de forma indevida, os quais foram pagos adicionalmente pela Companhia na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. A referida estimativa considerou premissas que, desde então, vem sendo monitoradas pela Companhia na medida em que a investigação avança e novos fatos surjam. Dessas premissas, as mais significativas foram:

- (i) período de contrato e pagamentos realizados a empresas envolvidas;
- (ii) nome das empresas e das pessoas envolvidas, bem como relacionamentos diretos e indiretos com essas; e
- (iii) percentual adotado sobre os contratos para realização dos pagamentos indevidos.

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função do acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, que podem alterar as premissas que resultaram no reconhecimento da baixa referente a gastos capitalizados de forma indevida nas demonstrações contábeis, bem como impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, testando a integridade das informações do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes.

Com base em testes, avaliamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes e avaliamos se a posição da Companhia sobre a estimativa e premissas adotadas se mantêm adequadas.

Nossos especialistas em forensics nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive

completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação e utilização de informações relevantes oriundas das delações e acordos de leniência homologados visando avaliar a adequação da estimativa referente a gastos capitalizados de forma indevida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo de gastos capitalizados de forma indevida, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2 - Processos judiciais e Contingências Conforme Nota Explicativa nº 30.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A avaliação da classificação de perda pela Companhia é suportada por critérios e premissas que envolvem elevado grau de complexidade e que são influenciadas por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes requerer que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte envolvida, bem como impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, incluindo a adesão aos diversos programas de regularização tributária.

Avaliamos as informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para contingências, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

3 - Redução ao valor recuperável dos ativos Conforme Nota Explicativa nº 14 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A avaliação quanto a redução ao valor recuperável do ativo “impairment” imobilizado e dos ativos intangíveis, bem como a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos relacionadas a premissas, tais como:

(i) preço médio do Brent e taxa média de câmbio (Real/Dólar) cujas estimativas são relevantes para praticamente todos os segmentos de negócio da companhia;

(ii) estimativas de recuperação das reservas de petróleo e gás;

(iii) definição das taxas de desconto e taxa de câmbio.

Devido ao grau de complexidade adotado na avaliação da definição e revisão das unidades geradoras de caixa para fins de testes de redução ao valor recuperável dos ativos, e o nível de incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa, as estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, bem como a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação da redução ao valor recuperável e da estimativa das reservas de petróleo e gás.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de valorização dos ativos e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como o preço futuro do petróleo e gás natural, o crescimento econômico projetado, a inflação projetada no modelo e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.

No que tange à determinação da estimativa de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparamos o estudo efetuado por especialista externo contratado pela Companhia com os totais de Reservas utilizados, bem como verificamos a movimentação das reservas no exercício com base em informações de produção internas e externas.

Verificamos o valor recuperável dos ativos com o valor registrado de ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação de perdas por valor recuperável de seus ativos para cada UGC. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4 - Benefícios concedidos a empregados Conforme Nota Explicativa nº 22 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

O passivo atuarial é determinado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com referência em premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação das estimativas, bem como geração dos dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, que pode impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela

Companhia associados ao processo de mensuração e divulgação do passivo atuarial.

Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações, com base em amostragem, bem como obtivemos informações sobre a competência técnica e experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial.

Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do cálculo do passivo atuarial e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como: taxa de desconto, crescimento salarial, rotatividade do plano de pensão e saúde, tábua de mortalidade e invalidez e custos médicos.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos a estimativa do valor justo dos ativos relacionados. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do passivo atuarial, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5 - Contas a receber do setor elétrico Conforme Nota Explicativa nº 8.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o sistema isolado de energia na região norte do país.

Parte significativa do valor utilizado na liquidação financeira das contas a receber da Companhia provém do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis. Contudo, foram impostas restrições legais que reduziram os valores ressarcidos pelo referido fundo, o que acarretou um aumento da inadimplência das empresas que operam neste setor.

Devido às circunstâncias supracitadas, à relevância do saldo das contas a receber, bem como ao grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil das perdas em crédito de liquidação duvidosa, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração e reconhecimento contábil relacionado ao saldo das contas a receber do setor elétrico.

Realizamos procedimentos para verificar a perda por redução ao valor recuperável do contas a receber do setor elétrico, com base em amostragem realizamos confirmação de saldo com as empresas do setor elétrico, analisamos os contratos de confissão de dívida, bem como a avaliamos o estágio atual das negociações entre a Companhia, Eletrobrás e Governo Federal.

Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo do contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

6 - Contabilidade de Hedge de fluxo de caixa Conforme Notas Explicativas nº 4.3.6 e 33.2 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia aplica a contabilidade de hedge de fluxo de caixa para determinadas transações.

As relações de hedge de fluxos de caixa se referem a hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, que possam afetar o resultado.

Em tais hedges, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período.

A parcela não eficaz é registrada no resultado financeiro do período. Devido à relevância dos instrumentos financeiros protegidos e critérios significativos utilizados pela Companhia para determinação das exportações futuras consideradas como altamente prováveis e das perdas e ganhos cambiais registrados, que pode impactar o valor apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação da contabilidade de hedge de fluxo de caixa.

Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, analisamos os critérios usados pela Companhia para definir a parcela das exportações futuras consideradas "altamente prováveis", bem como avaliamos as premissas utilizadas na aplicação da contabilidade de hedge de fluxo de caixa.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de recálculo da variação cambial e avaliamos os testes de eficácia prospectivos e retrospectivos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a contabilidade de hedge de fluxos de caixa, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

7 - Provisões para desmantelamento de áreas Conforme Nota Explicativa nº 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Estimar os custos associados ao desmantelamento de áreas envolve julgamentos significativos, uma vez que:

(i) as obrigações ocorrerão no longo prazo;

(ii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas quanto às práticas de remoção e restauração e aos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e

(iii) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Devido à relevância da provisão para desmantelamento de áreas e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações contábeis, que pode impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração e reconhecimento contábil da provisão para desmantelamento de áreas.

Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas utilizadas no cálculo desta estimativa, principalmente a natureza e a composição dos gastos futuros previstos para o desmantelamento de áreas, taxas de inflação, de desconto e de risco, e as informações de mercado que suportam as taxas aplicadas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de março de 2017, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro “RMF”

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli Contador

CRC 1SP201409/O-1

## **ANEXO E**

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2018

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras “Companhia” identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

## **1 - Processos judiciais e Contingências**

Conforme Nota Explicativa nº 30.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A avaliação da classificação de perda pela Companhia é apoiada em critérios e premissas que envolvem elevado grau de complexidade e que são influenciadas por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes, oriundos de determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas requerer que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte envolvida, bem como impactar o valor destes passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, incluindo a adesão aos diversos programas de regularização tributária.

Avaliamos as informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para processos judiciais, bem como as divulgações relacionadas com esses passivos contingentes são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## **2 - Redução ao valor recuperável dos ativos**

Conforme Nota Explicativa nº 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A avaliação quanto a redução ao valor recuperável dos ativos “impairment” imobilizado e intangível, bem como a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos relacionadas a premissas, tais como:

- (i) preço médio do Brent e taxa média de câmbio (Real/Dólar) cujas estimativas são relevantes para praticamente todos os segmentos de negócio da Companhia;
- (ii) estimativas de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás;
- (iii) definição das taxas de desconto e taxa de câmbio;
- (iv) valores considerados no fluxo de caixa como CAPEX e OPEX.

Devido ao grau de complexidade adotado na avaliação da definição e revisão das UGC para fins de testes de redução ao valor recuperável dos ativos, e o nível de incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa, as estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, bem como a complexidade da rotina de captura e processamento de informações, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave adotados pela Companhia, associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação da redução ao valor recuperável e da estimativa das reservas de petróleo e gás.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGC e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de valorização dos ativos e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como o preço futuro do petróleo e gás natural, o crescimento econômico projetado, a inflação projetada no modelo e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Avaliamos também a documentação suporte para os valores considerados nas projeções do fluxo de caixa como parte do CAPEX e OPEX dos projetos.

No que tange à determinação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparamos o estudo efetuado por especialista externo contratado pela Companhia com os totais de Reservas utilizados, bem como verificamos a movimentação das reservas no exercício com base em informações de produção internas e externas.

Confrontamos o valor recuperável dos ativos com o valor registrado de ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação de perdas por valor recuperável de seus ativos para cada UGC. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo dos ativos imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **3 - Premissas utilizadas na e cálculo da obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde**

Conforme Nota Explicativa nº 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

A obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde é determinada com base em cálculo atuarial elaborado anualmente pela Companhia com suporte de atuário independente, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com referência em premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação dessas estimativas, bem como geração dos dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, que pode impactar o valor destes passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor da Equivalência Patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados ao processo de mensuração e divulgação do passivo atuarial.

Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações, com base em amostragem, bem como obtivemos informações sobre a competência técnica e experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial.

Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias de cálculos utilizadas pela Companhia na mensuração do passivo atuarial e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como: taxa de desconto, crescimento salarial, rotatividade do plano de pensão e saúde, tábua de mortalidade e invalidez e custos médicos.

Avaliamos também as respectivas divulgações dessas premissas e das obrigações atuariais efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do passivo atuarial, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### **4 - Contas a receber do setor elétrico**

Conforme Nota Explicativa nº 8.4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria

A Companhia fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A ±- "Eletrobras" concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o sistema isolado de energia na região norte do país.

Parte significativa do valor utilizado na liquidação financeira das contas a receber da Companhia provém do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis. Contudo, foram impostas restrições legais que reduziram os valores ressarcidos pelo referido fundo, o que acarretou um aumento da inadimplência das empresas que operam neste setor.

Durante o exercício, uma série de medidas foram tomadas para que as garantias corporativas e financeiras relacionadas a esses recebíveis fossem reestabelecidas, ocasionando na remensuração das contas a receber do setor elétrico.

Devido às circunstâncias supracitadas, à relevância do saldo das contas a receber, bem como ao grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil das perdas em crédito esperada, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e no valor da Equivalência Patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração e

reconhecimento contábil relacionado ao saldo das contas a receber do setor elétrico. Realizamos procedimentos para verificar a perda de crédito esperada das contas a receber do setor elétrico, analisamos todos os contratos de confissão de dívida e revisamos a composição das garantias relacionadas com base estágio atual das negociações entre a Companhia, Eletrobrás e Governo Federal, bem como o risco de default associado.

Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação das contas a receber do setor elétrico, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## **5 - Provisões para desmantelamento de áreas**

Conforme Nota Explicativa nº 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em custos com obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. Estimar os custos associados ao desmantelamento de áreas envolve julgamentos significativos, uma vez que:

- (i) as obrigações ocorrerão no curto, médio e longo prazos;
- (ii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas quanto às práticas de remoção e restauração e aos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e
- (iii) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Devido à relevância da provisão para desmantelamento de áreas e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração e reconhecimento contábil da provisão para desmantelamento de áreas.

Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas utilizadas no cálculo desta estimativa, principalmente a natureza e a composição dos gastos futuros previstos para o desmantelamento de áreas, taxas

de inflação, de desconto e de risco, e as informações de mercado que suportam as taxas aplicadas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro (“RMF”). Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. ‡Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli Contador  
CRC 1SP201409/O-1

## **ANEXO F**

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2019

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras "Companhia" identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional,

foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

## **1 - Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde**

Conforme Nota Explicativa nº 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

A determinação da obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde é dependente, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. Tais premissas incluem a taxa de desconto e os custos médicos projetados. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.

Consideramos a determinação da mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter na obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto e custos médicos projetados;
- avaliação do escopo, competência e objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na definição da estimativa de obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e
- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, das premissas como taxa de desconto e custos médicos projetados, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial é aceitável no

contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## **2 - Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção**

Conforme Nota Explicativa nº 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Para a redução ao valor recuperável dos ativos

“impairment” imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa “UGC” estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas como: preço médio do petróleo (Brent), taxa de câmbio (Real/Dólar), gastos capitalizáveis (“CAPEX”) gastos operacionais (“OPEX”) e estimativas de volume e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, bem como a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

A definição das UGCs de exploração e produção considera fatores operacionais que impactam a interdependência entre os ativos de petróleo e gás e, conseqüentemente, altera a agregação ou segregação de áreas de exploração e produção dentro das UGCs.

Devido ao grau de complexidade e subjetividade na definição das UGCs de exploração e produção, e na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação das UGCs, e das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável;
- avaliação das alterações nas UGCs de exploração e produção durante o exercício, incluindo a análise dos fatores operacionais considerados pela Companhia para as alterações, e a comparação com dados obtidos de fontes internas e externas;
- avaliamos a determinação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparando com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção;
- avaliamos o CAPEX e OPEX utilizados da projeção de fluxo de caixa comparando

o mesmo com o último plano de negócios aprovado da Companhia, e seus orçamentos de longo prazo; e

- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dos fluxos de caixa, comparando as projeções de fluxos de caixa anteriores com o resultado real do fluxo de caixa da Companhia para o exercício findo em 2019;

- com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas-chave utilizadas no teste de impairment como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis para as UGCs de exploração e produção são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **3 - Análise das provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias**

Conforme Nota Explicativa nº 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registra uma provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de uma saída de caixa para quitação de uma obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando a probabilidade é considerada provável mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas mais significativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de avaliação dos processos judiciais, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação da probabilidade da saída de recurso, e da estimativa do valor envolvido, assim como controles relacionados com a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

- avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas jurídicos, internos e externos, os quais auxiliam a Companhia na definição da estimativa relacionada com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, assim como suas qualificações e experiência profissional;

- obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia, e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas; e

- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### **4 - Estimativa de provisões para desmantelamento de áreas**

Conforme Nota Explicativa nº 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em custos com obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

A estimativa da Companhia para a provisão de desmantelamento de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como o prazo e os custos estimados de abandono.

Identificamos a avaliação desta estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, em especial a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, ou seja os critérios a serem atendidos quando do momento da efetiva remoção e restauração, o prazo e os custos estimados de abandono.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para desmantelamento de áreas, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas-chave que compreendem o prazo para o abandono da área, e os custos estimados de

abandono;

- avaliação da premissa de prazo do abandono usado pela Companhia através da comparação das curvas de produção e vida útil das reservas utilizadas na estimativa, com os volumes de reservas de petróleo e gás natural certificados por especialista externo contratado pela Companhia;
- avaliação da estimativa do custo de abandono através de comparação com relatórios externos da indústria;
- avaliação do escopo, competência e objetividade dos engenheiros internos da Companhia responsáveis pelas curvas de produção e vida útil das reservas de petróleo e gás natural, além dos especialistas externos contratados pela Companhia para certificar o volume de tais reservas. Tal avaliação inclui a avaliação da natureza do trabalho efetuado, assim como suas qualificações e experiência profissional;
- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dessa estimativa comparando uma amostra de gastos reais incorridos em desmobilizações de instalações de produção de petróleo e gás já em fase de abandono, com as provisões para desmantelamento de áreas previamente registradas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório de Performance.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Relatório de Performance e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório de Performance e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e o Relatório de Performance, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de

independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli Contador  
CRC 1SP201409/O-1

## **ANEXO G**

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2020

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras “Companhia” identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

### **1 - Avaliação da mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde**

Conforme Nota Explicativa nº 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

- A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

- A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde é dependente, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. Tais premissas incluem a taxa de desconto e os custos médicos projetados. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.

Consideramos a determinação da mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto significativo que pequenas mudanças dessas premissas poderiam ter na obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

-testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto e custos médicos projetados;

-avaliação do escopo, competência e objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na definição da estimativa de obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e

-avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, das premissas como taxa de desconto e custos médicos projetados, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## **2-Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa de exploração e produção**

Conforme Nota Explicativa nº 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Para a redução ao valor recuperável dos ativos “impairment” imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa (“UGC”) estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras como: preço do petróleo (Brent), taxa de câmbio (Real/Dólar), gastos capitalizáveis (“CAPEX”) gastos operacionais (“OPEX”) e estimativas de volume e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás. O valor recuperável também é sensível a pequenas mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

A definição das UGCs de exploração e produção considera fatores operacionais que impactam a interdependência entre os ativos de petróleo e gás e, conseqüentemente, altera a agregação ou segregação de áreas de exploração e produção dentro das UGCs.

Devido ao grau de complexidade e subjetividade na definição das UGC’s de exploração e produção, e na estimativa do valor recuperável, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

-testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação das UGCs, e das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável;

-para as alterações nas UGCs de exploração e produção durante o ano, avaliamos os fatores operacionais considerados pela Companhia para as alterações, e a comparação com dados obtidos de fontes internas e externas;

-avaliamos a determinação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparando com os volumes certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia, e, para uma seleção de UGCs, com dados históricos de produção;

-avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas externos de reservas contratados pela Companhia para certificar o volume de tais reservas. Tal avaliação inclui a avaliação da natureza do trabalho efetuado, assim como suas qualificações e experiência profissional;

-avaliamos, para uma seleção de UGCs o CAPEX e OPEX utilizados da projeção de fluxo de caixa comparando o mesmo com o último plano de negócios aprovado da Companhia, e seus orçamentos de longo prazo; e

-avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dos fluxos de caixa, comparando as projeções de fluxos de caixa anteriores com o resultado real do fluxo de caixa da Companhia para o exercício findo em 2020 para uma seleção de UGCs;

-com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas-chave utilizadas no teste de impairment como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis para as UGCs de exploração e produção são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### **3-Análise das provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias**

Conforme Nota Explicativa nº 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registra uma provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de uma saída de caixa para quitação de uma obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando a probabilidade é considerada provável mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas mais significativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

-testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de avaliação dos processos judiciais, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação da probabilidade da saída de recurso, e da estimativa do valor envolvido, assim como controles relacionados com a divulgação nas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

-avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas jurídicos, internos e externos, os quais auxiliam a Companhia na definição da estimativa relacionada com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, assim como suas qualificações e experiência profissional;

-obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia, e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas; e

- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando os valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### **4- Avaliação da estimativa de provisões para desmantelamento de áreas**

Conforme Nota Explicativa nº 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em custos com obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

A estimativa da Companhia para a provisão de desmantelamento de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como o prazo e os custos estimados de abandono.

Identificamos a avaliação desta estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, em especial a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, ou seja os critérios a serem atendidos quando do momento da efetiva remoção e restauração, o prazo e os custos estimados de abandono.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para desmantelamento de áreas, incluindo

controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas-chave que compreendem o prazo para o abandono da área, e os custos estimados de abandono;

-avaliação da premissa de prazo do abandono usado pela Companhia através da comparação das curvas de produção e vida útil das reservas utilizadas na estimativa, com os volumes de reservas de petróleo e gás natural certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia;

-avaliação da estimativa do custo de abandono através de comparação com relatórios externos da indústria;

-avaliação do escopo, competência e objetividade dos engenheiros internos da Companhia responsáveis pelas curvas de produção e vida útil das reservas de petróleo e gás natural, além dos especialistas externos de reservas contratados pela Companhia para certificar o volume de tais reservas. Tal avaliação inclui a avaliação da natureza do trabalho efetuado, assim como suas qualificações e experiência profissional;

-avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dessa estimativa comparando uma seleção de gastos reais incorridos em desmobilizações de instalações de produção de petróleo e gás já em fase de abandono, com as provisões para desmantelamento de áreas previamente registradas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório de Desempenho Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração e o Relatório de Desempenho Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório de Desempenho Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração ou no Relatório de Desempenho Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

-Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros

aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli Contador  
CRC 1SP201409/O-1

## ANEXO H

Relatório de auditoria externa - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras 2021

### **Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras “Companhia” identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### .Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## **1 - Avaliação da mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde**

Conforme Nota Explicativa nº 17.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde é dependente, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. Tais premissas incluem a taxa de desconto e os custos médicos projetados. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.

Consideramos a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto significativo que pequenas mudanças dessas premissas poderiam ter na obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes de desenho e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto e custos médicos projetados;
- Avaliação do escopo, competência e objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na definição da estimativa de obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e
- Avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, das premissas como taxa de desconto e custos médicos projetados, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **2 -Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa de exploração e produção**

Conforme Nota Explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Principal assunto de auditoria

Para a redução ao valor recuperável dos ativos “impairment” imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa (“UGC”) estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras como: preço do petróleo (Brent), taxa de câmbio (Real/Dólar), gastos capitalizáveis (“CAPEX”) gastos operacionais (“OPEX”) e estimativas de volume e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás. O valor recuperável também é sensível a pequenas mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

A definição das UGCs de exploração e produção considera fatores operacionais que impactam a interdependência entre os ativos de petróleo e gás e, conseqüentemente, altera a agregação ou segregação de áreas de exploração e produção dentro das UGCs.

Devido ao grau de complexidade e subjetividade na definição das UGC’s de exploração e produção, e na estimativa do valor recuperável, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes de desenho e efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação das UGCs, e das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável;
- Para as alterações nas UGCs de exploração e produção durante o ano, avaliamos os fatores operacionais considerados pela Companhia para as alterações, e a comparação com dados obtidos de fontes internas e externas;
- Avaliação da determinação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparando com os volumes certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia, e, para uma seleção de UGCs, com dados históricos de produção;
- Avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas externos de reservas contratados pela Companhia para certificar o volume de tais reservas. Tal avaliação inclui a avaliação da natureza do trabalho efetuado, assim como suas qualificações e experiência profissional;
- Avaliação, para uma seleção de UGCs o CAPEX e OPEX utilizados da projeção de

fluxo de caixa comparando o mesmo com o último plano de negócios aprovado da Companhia, e seus orçamentos de longo prazo; e

- Avaliação da habilidade da Companhia na preparação dos fluxos de caixa, comparando as projeções de fluxos de caixa anteriores com o resultado real do fluxo de caixa da Companhia para o exercício findo em 2021 para uma seleção de UGCs;

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação das premissas chave utilizadas no teste de impairment como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis para as UGCs de exploração e produção são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **3 -Análise das provisões e divulgações de certas causas trabalhistas, cíveis e tributárias**

Conforme Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registra uma provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de uma saída de caixa para quitação de uma obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando a probabilidade é considerada provável mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas mais significativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes de desenho e efetividade de certos controles internos associados ao processo de avaliação dos processos judiciais, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação da probabilidade da saída de recurso, e da estimativa do valor envolvido, assim como controles relacionados com a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

- Avaliação do escopo, competência e objetividade dos especialistas jurídicos, internos e externos, os quais auxiliam a Companhia na definição da estimativa relacionada com os valores envolvidos, e com a probabilidade de saída de recursos, assim como suas qualificações e experiência profissional;
- Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda, e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia, e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas; e
- Avaliação da habilidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando os valores pagos na resolução de causas no exercício, com as provisões previamente reconhecidas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### **4 -Avaliação da estimativa de provisões para desmantelamento de áreas**

Conforme Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em custos com obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

A estimativa da Companhia para a provisão de desmantelamento de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como o prazo e os custos estimados de abandono.

Identificamos a avaliação desta estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, em especial a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, ou seja os critérios a serem atendidos quando do momento da efetiva remoção e restauração, o prazo e os custos estimados de abandono.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes de desenho e efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para desmantelamento de áreas, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas-chave que compreendem o prazo para o abandono da área, e os custos

estimados de abandono;

- Avaliação da premissa de prazo do abandono usado pela Companhia através da comparação das curvas de produção e vida útil das reservas utilizadas na estimativa, com os volumes de reservas de petróleo e gás natural certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia;
- Avaliação da estimativa do custo de abandono através de comparação com relatórios externos da indústria;
- Avaliação do escopo, competência e objetividade dos engenheiros internos da Companhia responsáveis pelas curvas de produção e vida útil das reservas de petróleo e gás natural, além dos especialistas externos de reservas contratados pela Companhia para certificar o volume de tais reservas. Tal avaliação inclui a avaliação da natureza do trabalho efetuado, assim como suas qualificações e experiência profissional;
- Avaliação da habilidade da Companhia na preparação dessa estimativa comparando uma seleção de gastos reais incorridos em desmobilizações de instalações de produção de petróleo e gás já em fase de abandono, com as provisões para desmantelamento de áreas previamente registradas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que

compreendem o Relatório da Administração e o Relatório de Desempenho Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração e o Relatório de Desempenho Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório de Desempenho Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração ou no Relatório de Desempenho Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou

erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

-Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli Contador  
CRC 1SP201409/O-1